

## Quem disse ?

«A missão das políticas de saúde, certamente de todas as políticas públicas, é a da maximização da utilidade social»

**Jorge Sampaio**  
Diário de Notícias  
12 de Junho



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

**Edite Estrela**  
**Jorge Coelho**  
**Jorge Sampaio**  
**José Barradas**  
**Vital Moreira**

## Opinião

### Presidência Aberta

#### Sampaio visita distrito de Viana do Castelo

O Presidente da República, Jorge Sampaio, iniciou, no dia 12, uma visita de cinco dias ao distrito de Viana do Castelo, abrangendo temas como o ambiente, turismo e relações transfronteiriças, naquela que será a primeira «presidência aberta» do segundo mandato.

Sampaio percorre ao todo dez concelhos e visita várias zonas de património natural e produção vinícola, centros históricos recuperados, para conhecer a dinâmica empresarial do distrito. Em foco está a recuperação do património e a preservação do ambiente com aproveitamento do potencial turístico, bem como a actividade de empresas que promovem o desenvolvimento integrado do distrito, beneficiando de fundos da União Europeia.

A visita começou na terça-feira, em Viana do Castelo, nos Estaleiros Navais, onde o Presidente ficou a conhecer os projectos de requalificação urbana da cidade, percorrendo também a sua zona histórica.

O dia de quarta-feira começa no Parque Nacional da Peneda-Gerês, na vila de Soajo, antes da partida para o Parque do Mezio, onde o chefe de Estado se encontrou com crianças que participaram num projecto de Educação Ambiental.

O assoreamento do estuário do rio Minho, que dificulta a faina dos pescadores de Caminha, deverá ser um dos assuntos com que o chefe de Estado será confrontado no decorrer da sua visita ao Alto Minho.

Além da necessidade de desassorear a barra, para que os barcos possam entrar e sair para a faina a qualquer momento sem terem de esperar pela maré-cheia, deverá também ser abordada a questão da poluição do rio Minho, originada pelos vizinhos galegos.

### COMEMORAÇÕES DO DIA 10 DE JUNHO NO PORTO

## SAMPAIO CONTRA CRISES ARTIFICIAIS



O Presidente da República, no discurso que proferiu no Porto durante a cerimónia oficial do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, afirmou que se opõe à criação de «crises artificiais», uma vez que considera a estabilidade «um valor instrumental».

### Governo

#### Reforma do Estado Facilitar o quotidiano



O Executivo socialista vai criar o Cartão Comum do Cidadão. Na construção da moderna sociedade de informação, que é uma assumida prioridade do Governo de António Guterres, já foram dados passos firmes na simplificação da vida dos cidadãos, das empresas e na desburocratização de procedimentos administrativos.

### Internacional

#### Timor-Leste Xanana Gusmão extingue CNRT



Xanana Gusmão, presidente do CNRT, declarou no dia 9 formalmente extinta a organização que durante três anos representou as aspirações à independência da maioria dos timorenses. David Ximenes, Paulo Assis e Mário Reis, três dos mais importantes quadros do CNRT no interior de Timor-Leste, tiveram a honra de arrear pela última vez a bandeira da organização, ao som do hino das também já extintas Falintil.



## Equidade e coesão social

O Presidente da República, Jorge Sampaio, no discurso que proferiu no Porto, por ocasião das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, voltou a salientar a importância do reforço da equidade e da coesão nacional.

A cerimónia decorreu no Pátio das Nações do Palácio da Bolsa, onde Jorge Sampaio concedeu 12 personalidades e duas entidades numa lista restrita tendente a valorizar o regime de condecorações e a própria celebração do 10 de Junho.

Na sua intervenção, o Presidente da República chamou a atenção para a importância de uma efectiva descentralização administrativa como fonte de desenvolvimento solidário e equitativo do território nacional em contraponto à actual faixa de cinquenta quilómetros entre Setúbal e Braga.

Apelando ao esforço e contributo de todos, Sampaio salientou a urgência em se aprofundar a solidariedade entre o litoral e o interior. Considerando que o actual mapa territorial de desconcentração, que tem como referências as áreas das Comissões de Coordenação Regional deve articular-se com o processo de descentralização administrativa, Sampaio frisou que só assim «poderemos continuar a lutar por um Estado com maior capacidade de se reformar, de modo a garantir um serviço público mais eficaz, competente, dedicado, que esteja ao serviço dos cidadãos, fazendo da ética republicana uma prática diária». Para Jorge Sampaio, apesar da actual situação económica ser complexa e difícil, Portugal já passou por situações mais difíceis e venceu-as com sucesso, razão pela qual há condições para acreditar que, desta vez, possamos fazer o mesmo, se não perdermos tempo, se tivermos uma estratégia adequada e se houver as indispensáveis disponibilidades para as partilhas de responsabilidades e os compromissos necessários. Só assim, poderemos vencer as dificuldades políticas, económicas e sociais que temos pela frente.

Neste contexto, o chefe de Estado considerou que o alargamento da UE abre novas oportunidades a Portugal. «Seríamos os últimos a poder recusar às novas democracias as condições de estabilidade e solidariedade que foram decisivas para a consolidação da nossa democracia», disse, acrescentando: «Somos, sobretudo, a favor do alargamento por entendermos que uma UE alargada é mais forte e terá uma capacidade acrescida para garantir a segurança regional.»



## POSSE DO IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Uma extensa reportagem sobre a cerimónia de tomada de posse do IX Governo Constitucional (Bloco Central), chefiado por Mário Soares, e um suplemento destacável com as propostas de alteração dos estatutos apresentadas ao V Congresso do PS marcavam a edição de 16 de Junho do órgão oficial do PS.

«Chegámos à hora irrecusável da verdade. Difícilmente encontraremos suporte financeiro, em empréstimos externos, para continuar a viver acima das nossas posses, como até aqui», afirmava Mário Soares no discurso da tomada de posse do Governo PS/PSD, que o «AS» publicava na íntegra.

No discurso em que traçou um diagnóstico da grave situação económica e social do País e apresentou em traços largos as medidas para vencer a crise e melhorar a prazo as condições de vida dos portugueses, em especial dos mais desfavorecidos, o camarada Mário Soares elegeu como prioridade no campo da política externa as negociações com a CEE.

J. C. CASTELO BRANCO

16 de Junho

Quem disse?

«Não podemos continuar a viver acima das nossas posses»

Mário Soares



## Orçamento Governo reduz despesa pública e otimiza política económica

O ministro das Finanças anunciou, no dia 8, que o Governo procederá a uma reorientação imediata da política económica com a discussão, a 29 de Junho, no Parlamento, de um orçamento rectificativo e um programa de redução da despesa pública.

Pina Moura foi mandatado para apresentar dois documentos na próxima reunião do Governo (quinta-feira, dia 21), o programa de reforma da despesa pública, a desenvolver entre 2002 e 2004, e um orçamento rectificativo, que justificou com o arrefecimento do ambiente económico.

O primeiro objectivo deste orçamento rectificativo é a redução da despesa corrente orçamentada, visando também, segundo o ministro, a adopção de medidas de natureza fiscal e financeiras destinadas a relançar a poupança e o investimento e a regularização da situação financeira do sistema nacional de saúde.



O PS dispõe de 115 deputados no parlamento, metade do total de deputados, sendo os votos socialistas insuficientes por si só para aprovar o diploma. Entretanto, o PSD e o deputado centrista que substituiu Daniel Campelo já admitiram viabilizar o orçamento rectificativo.

## Cultura Ciência em foco no ciclo de conferências da Gulbenkian

«A ciência tal qual se discute» é o mote de um novo ciclo de conferências que vai decorrer até 2002 na Fundação Calouste Gulbenkian, estimulando a troca de ideias entre especialistas de renome internacional. O programa das conferências, promovidas pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, foi anunciado, no dia 12, em Lisboa, pelo ministro que tutela a pasta, Mariano Gago, e pelo coordenador do projecto, Fernando Gil.

Um dos principais objectivos é «mostrar ao mundo que em Portugal existe um desenvolvimento científico suficientemente intenso que está interessado nos problemas que são discutidos a nível mundial», explicou o governante.

Por isso, o ciclo de conferências, que tem início a 22 de Junho, acolhe dois peritos internacionais sobre cada assunto em discussão (sete temas no total).

«Não se trata de excluir os cientistas nacionais, mas de tentar ouvir os melhores



a nível mundial em determinada matéria, e de permitir que o público português tenha acesso a isso», sublinhou o ministro. As conferências, organizadas de forma a abarcar as mais importantes interrogações que surgem no âmbito da ciência, repartem-se por temas que se referem à sua estrutura interna, às suas fronteiras e à sua relação com a sociedade.

## Algarve Praia com acesso a deficientes pronta a «estrear»

O Algarve vai ter, no fim desta semana, o seu primeiro apoio a cidadãos com deficiência para acesso a uma praia, anunciou, no dia 11, o Centro Regional de Segurança Social do Algarve.

O pioneiro projecto balnear de apoio a utentes com limitação física será inaugurado na Praia do Alvor, este sábado, pelo secretário de Estado da Segurança Social, José Manuel Simões de Almeida.

O novo apoio consiste na criação de um espaço para estacionamento com sinalética própria, uma passadeira de madeira ao longo da praia, um local

sombreado na areia e a disponibilização de uma ajuda técnica denominada «Neptuno/Tiraló», que permite a acessibilidade ao mar.

O projecto facilitará a oferta de condições favoráveis de acesso às instituições na área da deficiência e às escolas de ensino regular que possuem alunos com limitação física. Trata-se de uma iniciativa da Junta de Freguesia do Alvor, que tem o apoio da Câmara Municipal de Portimão, do Instituto de Solidariedade e Segurança Social e da Associação Cultural e Recreativa 1ª de Dezembro.

10 DE JUNHO

Comemorações

## SAMPAIO CONTRA CRISES ARTIFICIAIS

**O Presidente da República, no discurso que proferiu no Porto durante a cerimónia oficial do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, afirmou que se opõe à criação de «crises artificiais», uma vez que considera a estabilidade «um valor instrumental».**

**N**o seu discurso, Jorge Sampaio disse que para se vencer «as dificuldades políticas, económicas e sociais que temos pela frente», a primeira condição requerida «é a clareza nos comportamentos e no assumir de responsabilidades».

Pela sua parte, garantiu, não se substituir nem aos outros órgãos de soberania, nem às forças políticas, a fazer o que lhes cumpre, mas, frisou, «o Presidente da República tem a responsabilidade, que assumo integralmente, de tudo fazer para garantir o regular funcionamento das instituições e de ser o intérprete, em cada momento, do interesse nacional».

Por isso, disse, «oponho-me à criação de crises artificiais, pois considero a estabilidade um valor instrumental».

Segundo referiu Sampaio, «a situação económica é complexa e difícil», mas lembrou que «já passámos por situações mais difíceis e vencemo-las com sucesso». Por outro lado, considerou que «acontecimentos trágicos recentes mostraram-nos a necessidade de aprofundar a solidariedade entre o litoral e



o interior e de reforçar as condições de equidade e coesão nacional», acrescentando que «o Portugal solidário que defendemos não pode resumir-se aos pólos de desenvolvimento situados na faixa dos cinquenta quilómetros de largura que vai de Braga a Setúbal».

Para o chefe de Estado, «o desenvolvimento solidário e equitativo do território nacional exige o aprofundamento dos instrumentos institucionais existentes e a racionalização de métodos e procedimentos que apontam para uma nova organização territorial da Administração do Estado».

Acrescentou que «o mapa territorial de desconcentração, que tem como referências as áreas das Comissões de Coordenação Regional, mostra-se como uma solução adequada a um processo exigente, efectivo e continuado, que deve articular-se com o processo de descentralização administrativa».

Sampaio disse que, «com o esforço de todos, é possível e necessário» continuarmos a lutar, sem hesitações, por «um país mais moderno, com uma economia mais produtiva e competitiva, que nos aproxime dos padrões europeus; uma

sociedade mais solidária, mais coesa com menos factores de exclusão; uma sociedade mais segura, que previna e combata as causas tradicionais de insegurança, mas também os novos riscos; uma sociedade mais educada, mais culta, mais aberta à mentalidade científica e aos avanços tecnológicos, mais preparada para a inovação e para os desafios da sociedade do conhecimento; um Estado com maior capacidade de se reformar, de modo a garantir um serviço público mais eficaz, competente, dedicado, que esteja ao serviço dos cidadãos, fazendo da ética republicana uma prática diária».

Jorge Sampaio salientou ainda que «o destino do nosso País não é mais, como foi no passado, um destino isolado, solitário ou autista. É um destino aberto, acompanhado, solidário com os nossos parceiros. É um destino que se joga na Europa», acrescentando que «a integração europeia de Portugal foi uma escolha fundamental, inseparável da institucionalização da democracia pluralista e do fim do Império».

Fazendo parte da Europa, disse, «podemos garantir um rumo estável para a nossa estratégia de modernização económica e social».

O chefe de Estado considerou que o alargamento de alargamento, com a adesão das novas democracias da Europa central e oriental, «é essencial para garantir a segurança do nosso continente e fazer coincidir as fronteiras da União Europeia com as fronteiras da democracia na Europa».

J. C. CASTELO BRANCO

DIA DE PORTUGAL

Porto

## SAMPAIO APELA À DESCENTRALIZAÇÃO

**O Presidente da República desafiou no dia 9, no Porto, os candidatos às próximas eleições autárquicas a assumirem o compromisso de dar «um novo passo» na descentralização incrementando as associações entre municípios.**

**J**orge Sampaio, que falava na sessão solene de boas-vindas na Câmara do Porto, afirmou que «há um consenso nacional a favor da descentralização» entendida sob o princípio da subsidiariedade.

«O Governo tem responsabilidades na descentralização», afirmou o chefe de Estado, para acrescentar que «as autarquias locais têm também a sua quota-parte de responsabilidade na concretização da descentralização». «Em particular, os municípios», salientou, lançando as perguntas «a todos os que

preparam a sua candidatura a cargos municipais»: «Os problemas do seu município serão melhor resolvidos se rejeitarem a colaboração com os municípios vizinhos? Os problemas do seu município serão melhor resolvidos se rejeitarem a participação em instâncias de coordenação administrativa supra-municipal?».

«O meu repto é este: ao prepararem os seus programas, que os diversos candidatos examinem se não é melhor para os seus eleitores solucioná-los na base da colaboração com os outros municípios», acrescentou.

O Presidente da República parte do princípio de que «muito do programa municipal virado para as necessidades básicas está realizado» para considerar que este nível da administração pública está a atravessar «uma fase de viragem» que exige capacidade para voos mais ambiciosos.

«Se não houver capacidade, repetir-se-á o esquema centralizador tradicional. Os centralizadores dirão: dada a fraca capacidade técnica das autarquias, não é possível realizar transferência de competências e dos fundos correspondentes. E assim nos manteremos com um nível de despesa pública local que, por comparações com a média europeia, é irrisoriamente baixo e indicia seguramente uma profunda irracionalidade decisional», afirmou o Presidente.

Tendo em vista criar a capacidade que falta neste momento aos municípios, o chefe de Estado defendeu a «associação livre e contratualizada» entre municípios, caminhando para a especialização de «unidades de administração com uma dimensão propiciadora da eficácia administrativa que lhes é exigida».

«A especialização será por isso a melhor base para a preparação de quadros técnicos municipais cuja competência não

peça meças aos da Administração Central. De quadros que sejam capazes de discutir com ela na base científica e rigorosa que é própria de uma República moderna», acrescentou.

Tudo isto, afirmou, para construir «os municípios do século XXI».

Antes de Sampaio, o presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, afirmou que «era bom que este 10 de Junho, o primeiro do novo milénio, representasse o princípio de um movimento regenerador do país. E que esse movimento, como muitas vezes aconteceu na história portuguesa, tivesse origem no Porto».

«Ao vir ao Porto comemorar o Dia de Portugal, o senhor Presidente da República está não só a reconhecer a importância da Capital da Cultura como a enaltecer a capacidade empreendedora e progressista que esta cidade tem revelado. Uma capacidade que, de resto, pode iniciar um novo ciclo de progresso para o país», afirmou.

## UM PAÍS MAIS MODERNO E COESO

**N**o ano primeiro do novo século, celebramos o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas nesta terra de onde houve nome Portugal. Ao fazê-lo, temos presente o simbolismo desta data e reafirmamos o vínculo às nossas raízes. Cidade de memória, ligada aos mais decisivos acontecimentos da história nacional, o Porto foi também sempre uma cidade de futuro. Terra de liberdade, de rebeldia e de resistência à opressão, naqueles períodos em que a liberdade nos foi negada, a cidade de Garrett orgulha-se, com inteira justiça, dos seus pergaminhos democráticos e liberais. Capital Europeia da Cultura em 2001, o Porto é, desde sempre, uma cidade europeia, aberta aos movimentos, às trocas, às correntes e às influências que foram moldando a Europa ao longo dos séculos e que aqui deixaram a sua marca num património material e moral em que todo o País se revê.

Comemorar, nesta cidade, o Dia de Portugal é dizermos renovadamente que somos e queremos ser um povo solidário no destino comum e firme na defesa do que nos une. O que nos une é um projecto de futuro, que se traduz em responsabilidade no presente. Cumpramos essa responsabilidade no presente e podemos ter confiança no futuro.

Nesta data e como é da tradição, dirijo-me, gratamente, aos portugueses, saudando-os, estejam onde estiverem. Dirijo-me, falando-lhes, como sempre faço, a linguagem da verdade e do rigor. Não ignoro que há preocupações. Sei que existe – e ainda bem que assim é – a consciência dos desafios que precisamos de vencer para não ficarmos para trás no caminho que temos vindo a percorrer. Os problemas resolvem-se e os desafios vencem-se com decisão, vontade, competência e racionalidade, evitando-se tanto os adiamentos paralisantes como as dramatizações precipitadas. Os problemas ultrapassam-se e os desafios ganham-se com a noção clara de que as sociedades modernas são muito complexas e de que a sua coesão é frágil, exigindo a procura de soluções novas que recusem as receitas já gastas e assentem num princípio fundamental: aos direitos correspondem deveres e não se resolvem problemas sem a partilha dos custos das soluções.

Como Presidente da República estou, como me compete, atento aos sinais da sociedade e às expectativas das pessoas. Como Presidente da República, cumpre-me ser o cidadão mais atento, mais exigente, mais responsável, mais insatisfeito – insatisfação que deve começar comigo próprio. Compete-me ser o árbitro isento e equilibrado e, no exercício da magistratura de iniciativa que assumo, devo ser o mobilizador de vontades e de causas – e não o espectador passivo dos acontecimentos.

Sendo meu o entendimento de que a



política é serviço de cidadania, não desistirei de lutar por princípios, causas, objectivos – causas, princípios e objectivos que tornem a nossa democracia mais sólida e o nosso país mais desenvolvido. Por essa luta todos somos responsáveis – Estado, sociedade civil, cada

um dos portugueses. É um combate, sem tréguas nem adiamentos, de afirmação da cidadania e da participação.

Essa luta tem de ser contínua e participada, isenta de qualquer réstea de providencialismo ou populismo, que não tem nenhum sentido e representa sempre a menorização da cidadania e a infantilização dos cidadãos. Em democracia, não há homens providenciais. Tem de haver instituições fortes, sólidas e eficazes, que funcionem e cujos titulares assumam os seus deveres permanente e plenamente. Isto é o que faz de nós uma democracia moderna, adulta e com capacidade de se aperfeiçoar.

Penso, aliás, que, para vencermos as dificuldades políticas, económicas e sociais que temos pela frente, a primeira condição requerida é a clareza nos comportamentos e no assumir de responsabilidades. Pela minha parte e

### O desenvolvimento solidário e equitativo do território nacional exige o aprofundamento dos instrumentos institucionais existentes e a racionalização de métodos e procedimentos que apontam para uma nova organização territorial da Administração do Estado

de ser o intérprete, em cada momento, do interesse nacional.

Oponho-me, por isso, à criação de crises artificiais, pois considero a estabilidade um valor instrumental. Contudo, a estabilidade não é um fim que se basta, pois o que melhor a justifica são os resultados que permite alcançar.

O que vos quero dizer sobre o momento actual é claro: continuo a ter presentes as preocupações que venho enunciando, nomeadamente na minha tomada de posse. Conheço os problemas urgentes e os desafios complexos que temos de vencer, pois não podemos diminuir o grau de exigência sobre a qualidade do nosso futuro como país e como povo.

Temos de avaliar o mais correctamente possível a realidade e não devemos quer subavaliar, quer sobreavaliar os desequilíbrios económicos que existem e são sérios. A situação económica é

como tenho dito, não me substituo nem aos outros órgãos de soberania, nem às forças políticas, a fazer o que lhes cumpre. Mas o Presidente da República tem a responsabilidade, que assumo integralmente, de tudo fazer para garantir o regular funcionamento das instituições

complexa e difícil, requer correcção para evitar males maiores e poderá implicar, temporariamente, um crescimento económico mais lento do que desejaríamos. Mas já passámos por situações mais difíceis e vencemo-las com sucesso. Não há razão para acreditar que não possamos fazer o mesmo, se não perdermos tempo, se tivermos uma estratégia adequada e se houver as indispensáveis disponibilidades para as partilhas de responsabilidades e os compromissos necessários.

Por outro lado, acontecimentos trágicos recentes mostraram-nos a necessidade de aprofundar a solidariedade entre o litoral e o interior e de reforçar as condições de equidade e coesão nacional. O Portugal solidário que defendemos não pode resumir-se aos pólos de desenvolvimento situados na faixa dos cinquenta quilómetros de largura que vai de Braga a Setúbal.

O desenvolvimento solidário e equitativo do território nacional exige o aprofundamento dos instrumentos institucionais existentes e a racionalização de métodos e procedimentos que apontam para uma nova organização territorial da Administração do Estado. O mapa territorial de desconcentração, que tem como referências as áreas das Comissões de Coordenação Regional, mostra-se como uma solução adequada a um processo exigente, efectivo e continuado, que deve articular-se com o processo de descentralização administrativa. Este é um grande objectivo nacional.

Reafirmando e reforçando o que vos tenho dito, penso que, com o esforço de todos, é possível e necessário continuarmos a

lutar, sem hesitações, por: - um país mais moderno, com uma economia mais produtiva e competitiva, que nos aproxime dos padrões europeus;

- uma sociedade mais solidária, mais coesa com menos factores de exclusão;
- uma sociedade mais segura, que previna e combata as causas tradicionais de insegurança, mas também os novos riscos;
- uma sociedade em que a autoridade democrática seja mais forte e respeitada, porque é uma autoridade que se exerce para o bem de todos;
- uma sociedade mais educada, mais culta, mais aberta à mentalidade científica e aos avanços tecnológicos, mais preparada para a inovação e para os desafios da sociedade do conhecimento;
- uma sociedade menos conformista e menos tutelada, mais exigente consigo própria, menos passiva e fatalista, mais organizada e previdente;
- um Estado com maior capacidade de se reformar, de modo a garantir um serviço público mais eficaz, competente, dedicado, que esteja ao serviço dos cidadãos, fazendo da ética republicana uma prática diária;
- um Estado mais rigoroso no combate ao laxismo, à inépcia, à injustiça;
- um Estado verdadeiramente regulador, que seja capaz de reforçar a confiança dos cidadãos na sua acção;
- uma democracia mais moderna e participada, com uma cidadania mais activa;
- uma democracia mais eficaz no combate à discriminação, ao favoritismo, à falta de transparência;
- uma democracia que faça do impulso reformista uma condição do seu vigor, do seu aprofundamento, da sua modernização e da sua proximidade aos cidadãos.

Este é o Portugal que temos o dever de construir e de legar às gerações futuras. Comemorar o Dia de Portugal é, antes de tudo, assumir um compromisso de cada português para com todos os portugueses e para com Portugal.

O destino do nosso País não é mais, como foi no passado, um destino isolado, solitário ou autista. É um destino aberto, acompanhado, solidário com os nossos parceiros. É um destino que se joga na Europa. Sabemos, hoje, que o nosso destino é a Europa.

A integração europeia de Portugal foi uma escolha fundamental, inseparável da institucionalização da democracia pluralista e do fim do Império. Fazendo parte da Europa, pudemos garantir um rumo estável para a nossa estratégia de modernização económica e social: graças à integração, foi-nos possível fortalecer a posição internacional de Portugal; conseguimos também dar um grande vigor à luta pela autodeterminação de Timor-Leste. Graças ao empenho continuado de sucessivos governos e a um sólido consenso inter-partidário, conseguimos estar na primeira linha da construção europeia e pertencer ao grupo dos fundadores da moeda única. A Europa vai entrar, agora, numa fase



decisiva. Há que iniciar um novo processo de alargamento, com a adesão das novas democracias da Europa central e oriental. Considero esse processo essencial para garantir a segurança do nosso continente e fazer coincidir as fronteiras da União Europeia com as fronteiras da democracia na Europa.

Portugal defendeu, desde a primeira hora, o alargamento. Seríamos os últimos a poder recusar às novas democracias as condições de estabilidade e solidariedade que foram decisivas para a consolidação da nossa democracia. Mas somos, sobretudo, a favor do alargamento por entendermos que uma União Europeia alargada será mais forte e terá uma capacidade acrescida para garantir a segurança regional. Esta posição clara não é, naturalmente, incompatível com a defesa dos nossos interesses e da nossa posição na Europa. Estamos, aliás, certos de que o alargamento nos abre novas oportunidades.

Iniciou-se na Europa um debate fundamental sobre o seu futuro político. Desde a fundação, a construção europeia foi sempre um projecto político, cuja finalidade primeira foi tornar impensável a

**O destino do nosso País não é mais, como foi no passado, um destino isolado, solitário ou autista. É um destino aberto, acompanhado, solidário com os nossos parceiros. É um destino que se joga na Europa. Sabemos, hoje, que o nosso destino é a Europa**

guerra entre os Estados europeus. O modelo inovador das Comunidades conseguiu, por outro lado, conjugar uma integração crescente com o princípio da igualdade entre os Estados-membros, garantindo o fortalecimento da unidade, sem pôr em causa a diversidade que faz a especificidade da Europa. Tanto essa finalidade, como esse modelo, continuam válidos, quando se procuram as fórmulas do futuro político da união das democracias europeias. Creio, por isso, que é indispensável trazer para esse grande debate o conjunto dos cidadãos dos Estados membros. Os portugueses são, à partida, dos que menos têm a recear com o aprofundamento político da Europa. Somos o mais velho Estado nacional europeu e um dos raros que conservou a sua independência dentro de fronteiras estáveis. Essa identidade forte permite-nos encarar, com tranquilidade, os passos necessários ao fortalecimento da União Europeia, e a nossa longa experiência histórica não deixará de dar um contributo relevante à construção de um futuro político comum. Não devemos ter medo de palavras, nem

de fórmulas. Não devemos ter qualquer hesitação em defender o que entendemos justo – em primeiro lugar, os valores comuns da liberdade, dos direitos humanos e da solidariedade. Na invenção do futuro da Europa, não há pequenos, nem grandes Estados - há boas e más ideias, estratégias criativas, portadoras de futuro e estratégias de impasse, com o risco de regresso a um passado de violência.

Temos obrigação de participar activamente no grande debate que se está a travar. Como Presidente da República, assumo a promoção desse debate como um dever. Entendo também que nos cumpre procurar redefinir, no actual quadro, os nossos consensos internos, pois eles são essenciais para garantir, na próxima fase da construção da Europa, uma estratégia portuguesa coerente e afirmativa. Renovo o meu apelo a todos vós, estejam onde estiverem. Saúdo os que estão em Portugal e os portugueses dispersos pelo Mundo, levando-lhes a nossa palavra de proximidade afectiva.

A visita de Estado que recentemente fiz ao Canadá confirmou-me, mais uma vez, a necessidade de tudo fazermos para aproveitar plenamente esse imenso capital humano que são as comunidades portuguesas e de luso-descendentes, prestigiadas e integradas nos países de acolhimento, mas com a vontade firme de não perder os laços que as unem a Portugal. Devemos dar a esses laços um alcance mais moderno e concreto, estabelecendo intercâmbio e parcerias em diversas áreas. Devemos, ao mesmo tempo, reforçar os instrumentos e os recursos para o desenvolvimento de uma política de língua portuguesa mais alargada e eficaz.

Gostaria que as palavras chave deste Dia fossem: responsabilidade, insatisfação, acção. Responsabilidade, para não deixarmos para amanhã o que pode e urge ser feito hoje; insatisfação, para não baixarmos o nível da nossa exigência para connosco e para com Portugal; acção, porque é agindo e trabalhando que se consegue chegar às metas e aos objectivos, vencendo obstáculos e desafios e recusando a demagogia, a incompetência, a falta de rigor, o que é apenas fácil, superficial e inconsequente. Camões ensinou-nos que as empresas humanas, por mais ambiciosas que sejam, se podem vencer com um claro rumo e com uma direcção firme, com «trabalho ilustre, duro e esclarecido», como ele disse em palavras tão fortes.

Neste Dia em que evocamos o genial poeta, tenhamos presente esta mensagem fundamental. Se lhe formos fiéis, não há obstáculo que não consigamos vencer, objectivo que não possamos alcançar, nem desígnio que não nos seja dado cumprir.

Viva Portugal!

Discurso nas comemorações do 10 de Junho - Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas-

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

**Novo instituto para inovar sector público**

O Governo criou um novo instituto destinado à Inovação da Administração do Estado que intervirá na operacionalização da sociedade de informação, no recrutamento e formação de funcionários e na reforma dos institutos públicos.

O anúncio foi feito, no dia 8, pelo ministro da Reforma do Estado, Alberto Martins, durante o seminário sobre «Institutos Públicos e Reestruturação Orgânica da Administração Pública», que decorreu em Lisboa.

Sendo que o tema central do debate era o relatório da comissão presidida por Vital Moreira sobre a proliferação dos institutos públicos nos últimos anos, Alberto Martins fez questão de frisar que o Instituto para a Inovação da Administração Pública não se «trata de mais um para acrescentar aos já existentes».

Segundo explicou, o novo serviço especializado – que terá um papel de destaque nas reformas que o Governo quer desenvolver na administração pública – veio substituir o Instituto de Base de Dados de Recursos Humanos e o Secretariado para a Modernização Administrativa.

O desenvolvimento do «portal inteligente» da administração pública – embrião do futuro *guichet* digital – e a disponibilização de todos os formulários pela Internet são algumas das iniciativas que o novo instituto vai ajudar a promover.

A parte da valorização dos funcionários, outra das reformas prometidas, em que o novo instituto intervirá, através da actualização do sistema de avaliação, a «heterogeneidade» de serviços públicos existentes actualmente, só institutos públicos são mais de 300, foi outro dos aspectos focados por Alberto Martins.



AGRICULTURA

**PAC portuguesa recebe encorajamento de parceiros**

O ministro da Agricultura reconheceu no dia 9, em Santarém, que a proposta portuguesa de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) será difícil de impor aos outros parceiros europeus, mas assegurou ter já recebido «testemunhos de apreço». Capoulas Santos que, ao fim da tarde de sábado, encerrou a Convenção Agrícola e abriu oficialmente a 38ª Feira Nacional da Agricultura, disse ter recebido de «alguns Estados-membros» (Holanda, Reino Unido e países nórdicos) «palavras de encorajamento», tal como aconteceu por parte de responsáveis do governo autonómico da Galiza.

Reconhecendo que uma proposta que pretende impor um modelo completamente novo «colide com interesses instalados», o ministro disse agora esperar por «sugestões alternativas melhores», sublinhando que, pela primeira vez, Portugal «não vai a reboque dos outros».

O governante declarou a sua convicção de que a proposta portuguesa é «profundamente reformadora», levará a agricultura portuguesa a receber duas ou três vezes mais do que actualmente, e será uma batalha «difícil de ganhar». «Não tenho veleidades de que será fácil impor aos outros parceiros, porque há um conjunto de interesses, alguns contraditórios, e é da ponderação de todos eles que sairão as propostas finais», disse, reafirmando que «todos estão de acordo» de que a actual PAC «não serve» e tem sido criticada até pelos que a conceberam.



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Alterações ao Código de Estrada vigoram a partir de Outubro**

A 1 de Outubro próximo passarão a vigorar as alterações ao Código da Estrada, entre elas a diminuição do valor máximo de alcoolemia para 0,2 gramas/litro de sangue.

A nova legislação que deveria, segundo o previsto, entrar em vigor já este mês, só passará a efectivar-se no Outono derivado «à necessidade de aprovar as medidas regulamentares e técnicas indispensáveis à execução das alterações ao Código da Estrada (CE) e conceder às autoridades reguladoras do trânsito um período mais alargado para fiscalizarem o cumprimento dessas medidas», conforme refere o gabinete de Rui Pereira.

Entre as questões técnicas, destaca-se o atraso na ligação informática dos centros de Inspeções Periódicas Obrigatórias e a Direcção-Geral de Viação (DGV).

É que a nova legislação estabelece que os condutores alvo de contra-ordenações que não tenham pago as respectivas coimas (multas) ficam impedidos de fazer a inspeção periódica obrigatória do veículo de que são proprietários e de renovar a licença de condução.

Outra das questões técnicas que levou ao adiamento foi a aquisição dos *kits* para detecção do consumo de estupefacientes entre os condutores, que será feita em hospitais e em centros de saúde sempre que as autoridades o solicitarem e não apenas em caso de acidente.

De acordo com o MAI a quantidade de *kits* já adquiridos era «insuficiente» para permitir uma aplicação da medida em pleno.

A questão da detecção das drogas está também na origem do adiamento da entrada em vigor das alterações, uma vez que a articulação entre as autoridades e os hospitais e centros médicos carece de regulamentação, porque até agora não havia nenhum procedimento instituído no âmbito do que a nova lei prevê.

ASSUNTOS PARLAMENTARES

**Governo desafia PCP a congelar acumulação de pensões**

O secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, José Magalhães, desafiou, no dia 11, o PCP a não submeter à votação um projecto de lei que apresentou sobre acumulação de pensões com rendimentos de trabalho.

No debate, José Magalhães justificou o desafio com o facto do Governo estar preparado para legislar sobre a matéria, propondo que o PCP aguardasse para ver se a promessa será cumprida.

O PCP sublinha no projecto de lei a impossibilidade de acumular as pensões de invalidez para toda ou qualquer profissão ou actividade com rendimento de trabalho.

O diploma abre, no entanto, a possibilidade de acumulação das pensões de invalidez para o exercício da profissão com os rendimentos de trabalho em profissão para a qual o trabalhador não tenha sido considerado incapaz.

Considerando o projecto de lei do PCP como «um contributo», o deputado socialista Artur Penedo referiu, no entanto, que a matéria deve ser regulamentada na lei de bases da Segurança Social, no âmbito da iniciativa do Governo.



**O PS CONTA CONSIGO** Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

- Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
- CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
- BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



**ECONOMIA**

**Crescimento através da melhoria global**

O secretário de Estado das PME defendeu, no dia 7, que o atraso português em relação à União Europeia tem de ser recuperado através da melhoria global das empresas, e não apenas através de sectores específicos.

Numa conferência organizada pela Associação Empresarial da Região de Leiria (NERLEI), Nelson de Souza considerou que «a economia portuguesa vive uma situação que exige a definição dos caminhos a percorrer», salientando que Portugal está particularmente dependente da conjuntura internacional.

Cerca de «60 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) português diz respeito a importações e exportações», referiu, salientando que Portugal não está integrado numa crise económica mas numa «desaceleração do crescimento da economia internacional».

Reconhecendo que as «dificuldades não se enfrentam apenas com discursos» mas com o aumento da produtividade da economia, Nelson de Souza defendeu a necessidade de diminuir a «discrepância que existe entre as melhores empresas e a média nacional».

Apesar de Portugal ter nichos de mercado competitivos, o País «não consegue resolver o problema da produtividade global» sem apostar na inovação, notou o secretário de Estado perante os empresários de Leiria.

«A inovação é o único factor de produção que é inteligente», referiu, defendendo a criação de «um sistema de prémios e de estímulos para quem esteja disposto a inovar».

**JUSTIÇA**

**Três novos edifícios para alojar tribunais portugueses**

O concurso para os projectos de construção de três novos edifícios para alojar os tribunais de trabalho, criminais e cíveis do Porto deveria abrir até ao final deste ano, anunciou, no dia 11, no Porto, o ministro da Justiça.

«Parte importante deste conjunto de obras será financiada através da alienação dos edifícios onde actualmente estão a funcionar aqueles tribunais», acrescentou António Costa.

O ministro falava aos jornalistas após a assinatura de um protocolo mediante o qual o seu Ministério e a Câmara do Porto efectuaram uma permuta de terrenos destinada a facilitar a construção daqueles novos tribunais.



Costa referiu que a construção destes novos edifícios faz parte do esforço que o Governo está a fazer para dotar o sistema judicial de melhores meios, especialmente em Lisboa e no Porto, onde se concentra cerca de 80 por cento do movimento judicial do País.

O presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, considerou que os novos edifícios a construir constituirão uma verdadeira revolução no que respeita aos equipamentos de justiça da cidade.

«A construção destes três grandes tribunais em espaços de grande dignidade vai por sua vez dinamizar cada uma das zonas onde se vão inserir», disse o autarca.

**PESCAS**

**Nível de existências de bivalves na costa algarvia é preocupante**

A secretaria de Estado das Pescas (SEP) acaba de levantar a interdição da pesca do lingueirão na costa ocidental sul, mas considera preocupante o baixo nível de existências de bivalves na costa sul algarvia.

As conclusões acabam de ser publicadas num documento em que se anunciam os limites de captura de bivalves para os próximos 12 meses no País, com base num estudo do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIIMAR).

Na costa ocidental sul, que inclui o Alentejo, manter-se-á a proibição de pesca à amêijoja pé-de-burrinho, pois foi constatada uma diminuição das existências da espécie, bem como da amêijoja branca e ameijola.

No litoral sul algarvio, que não inclui a costa vinentina, o IPIIMAR detectou uma inversão da tendência positiva de evolução das populações, que se verificara nos últimos anos, com uma quebra relativa nos rendimentos de pesca nas espécies amêijoja branca, pé-de-burrinho e navalha.

Na mesma costa, as existências de lingueirão ainda não atingiram níveis que suportem a exploração intensiva, mas o mesmo estudo revelou um aumento significativo da conquinha na mesma costa.

**CONSELHO DE MINISTROS**

**Reunião de 8 de Junho**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que cria o Cartão Comum do Cidadão;
- Uma resolução que aprova as condições de alienação das acções da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA, através da Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA, na 4ª fase do processo de privatização;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica das Comissões de Coordenação Regional;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Instituto de Reinserção Social;
- Um decreto-lei que aprova o regime de licenciamento e de fiscalização das clínicas e dos consultórios dentários, como unidades privadas de saúde;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 70/94, de 3 de Março que estabelece o regime de exploração do metropolitano ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã;
- Um decreto-lei que estabelece o regime aplicável à execução do Fundo Europeu para os Refugiados;
- Um projecto de decreto-lei que altera o artigo 3.º do Código da Estrada;
- Uma resolução que reconhece o sector do medicamento e da indústria farmacêutica como de interesse estratégico para Portugal, quanto à sua existência e quanto à necessidade do seu desenvolvimento e define condições de apoio à investigação;
- Uma resolução que renova o mandato de Carlos Manuel Inácio Figueiredo como presidente do conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;
- Uma resolução que nomeia Ana Paula Teixeira Feio Vale gestora do Fundo Europeu para os Refugiados (FER);
- Uma resolução que exonera do cargo de presidente do conselho de administração do INAC – Instituto Nacional da Aviação Civil Luís Jorge da Costa Lopes e, dos cargos de vogal do mesmo conselho de administração, José Manuel da Costa Neves, José Jorge de Melo Correia, Luís António Fonseca de Almeida e Maria de Fátima Santos Viegas;
- Uma resolução que nomeia presidente do conselho de administração do INAC, por urgente conveniência de serviço, José Ernesto da Costa Queiroz.
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o estatuto e a competência dos governadores civis e aprova o regime dos órgãos e serviço que deles dependem;
- Um decreto-lei que define o enquadramento da coordenação da administração desconcentrada do Estado.



## FACILITAR O QUOTIDIANO

O Executivo socialista vai criar o Cartão Comum do Cidadão. A decisão foi tomada, na passada sexta-feira, dia 8, em Lisboa, durante a reunião de Conselho de Ministros. Na construção da moderna sociedade de informação, que é uma assumida prioridade do Governo de António Guterres, já foram dados passos firmes na simplificação da vida dos cidadãos, das empresas e na desburocratização de procedimentos administrativos.

Onde não exista sacrifício da segurança e se mostrem salvaguardados os princípios que regem a nossa vida comum, o uso crescente das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias pode constituir via primordial para a realização de uma inteira reforma do Estado e de modernização da Administração Pública.

A imagem projectada pela Administração Pública ainda deixa que, pontualmente, possa ficar a aparência de um Estado multifacetado e organicamente atomizado que, por assim ser, impõe aos

Nun exemplo ilustrativo, a mudança de domicílio de um agregado familiar obriga a promover muitas comunicações e a requerer a substituição de inúmeros documentos perante vários departamentos do Estado, numa sucessão de actos que podem eventualmente ser reduzidos à simplicidade de uma única iniciativa. Desburocratizar e facilitar o quotidiano dos



cidadãos e das empresas, fazendo desaparecer formalidades dispensáveis, pode, coincidentemente, significar uma apreciável economia para a despesa pública. O Ministério da Justiça tem projectada a introdução de um novo modelo de bilhete de identidade. Os estudos e trabalhos preparatórios para tanto efectuados foram desenvolvidos com a preocupação essencial de encontrar um novo meio de identificação que, simultaneamente, polarize um caminho de melhor concertação e coordenação entre diferentes serviços públicos.

Ilustrativamente, a organização subjacente ao novo cartão do cidadão, por exemplo, deve permitir que com um só impulso em

qualquer dos lugares ou meios, designadamente electrónicos, de contactos com o Estado se proceda à mudança do domicílio em todos os serviços públicos que a devam registar.

Este Cartão Comum do Cidadão poderá, designadamente, compreender a informação constante no Bilhete de Identidade, no Cartão de Contribuinte, no Cartão de Eleitor, do Cartão da Segurança Social, do Cartão de Utente dos Serviços de Saúde ou a Carta de Condução, mas igualmente meio de acesso a serviços electrónicos oferecidos ao seu titular.

Obviamente, a solução tecnológica escolhida tem inultrapassavelmente, de preencher exigentes requisitos de

segurança que garantam o mais escrupuloso respeito dos valores fundamentais que nos conduzem.

A eficaz concretização de tão ambicioso objectivo pressupõe, portanto, uma adequada articulação entre os vários departamentos ministeriais, mas, coincidentemente, também a imposição de horizontes temporais bem definidos para a realização das tarefas a empreender. Com esta resolução é, assim, criado um grupo de trabalho, ao qual compete, designadamente, apresentar o programa de acções a desenvolver pelos vários departamentos ministeriais com vista à concretização do Cartão Comum do Cidadão.

Ao ministro da Presidência é atribuída a coordenação deste grupo de trabalho.

O diploma define como objectivos a alcançar com a criação do Cartão Comum do Cidadão a existência de um documento único de informação múltipla, recolhida nas diversas bases de dados dos departamentos ministeriais; a salvaguarda da inacessibilidade alheia dos registos específicos de cada base de dados; a defesa dos direitos de acesso a informação pessoal constante nas diversas bases de dados; a necessária reorientação de procedimentos por parte dos departamentos ministeriais envolvidos; e a fixação de 2003 como o ano de experimentação.

## QUARTA FASE DE PRIVATIZAÇÃO DA BRISA EM MARCHA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 8, uma resolução que fixa as condições de alienação das acções da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA, através da Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA, na quarta fase do processo de privatização. Nos termos do decreto-lei que aprovou a quarta e última fase do processo de privatização da Brisa, ficou definido que a quantidade de acções a alienar será igual à totalidade das acções por privatizar detidas pelo Estado, ou seja, 14.292.010 acções da Brisa, representativas de 4,764 por cento do capital da empresa.

Esta fase de privatização será realizada através de uma Oferta Pública de Venda (OPV) no mercado nacional e de uma Venda Directa a um conjunto de instituições financeiras, que se obrigam a proceder à dispersão das acções junto de investidores institucionais.

A OPV será dividida em três segmentos:

- Um segmento reservado aos trabalha-

dores da Brisa, com um máximo de cinco mil acções por trabalhador e com a garantia de atribuição de um mínimo de 100 acções, ou um número inferior, caso a intenção/ordem seja para uma quantidade menor;

- Um segmento destinado a pequenos subscritores e emigrantes, com um máximo de cinco mil acções por ordem;

- Um segmento para o público em geral, com um máximo de 15 mil acções por ordem.

As ordens de compra deverão ser transmitidas em múltiplos de 10 acções.

As acções adquiridas no segmento de pequenos subscritores e emigrantes terão um desconto de 5 por cento relativamente ao preço base da oferta e as adquiridas no segmento de trabalhadores beneficiarão de um desconto de 7 por cento também relativamente ao preço fixado para a OPV. Em ambos os casos as acções ficarão sujeitas a um período de indisponibilidade de três meses, contado a partir da data da Sessão Especial de Bolsa.

A resolução do Conselho de Ministros define ainda os critérios de rateio. Assim, as ordens que tenham sido precedidas de manifestação de intenção de investimento durante o primeiro período de recolha de intenções (primeira fase do pré-registo) beneficiarão de um rateio superior em 200 por cento ao das demais ordens e durante o segundo período de recolha de intenções (Segunda fase do pré-registo) beneficiarão de um coeficiente de rateio superior em 100 por cento. A atribuição será feita em lotes de 10 acções.

Nesta oferta, apenas as ordens transmitidas no segmento de trabalhadores beneficiarão de uma garantia de atribuição de acções (100 acções ou um número menor, caso a ordem tenha sido inferior). Todas as demais ordens, independentemente da fase em que tenham sido transmitidas, estarão sujeitas a rateio, não tendo qualquer garantia de atribuição mínima.

Haverá ainda uma oferta de acções reservada a investidores institucionais. Na

venda directa dirigida a estes investidores não serão concedidas condições preferenciais, descontos ou quaisquer outros incentivos.

O preço base das acções será definido tendo em conta a evolução das cotações da Brisa em bolsa e a procura de acções por parte dos investidores institucionais, de acordo com o método de *bookbuilding*.

Tal como em anteriores ofertas de acções de empresas já cotadas, o preço final da OPV, a fixar na Sessão Especial de Bolsa, será o menor entre o preço que for fixado para a Venda Directa e a média ponderada das médias diárias ponderadas da cotação das acções da Brisa objecto de privatização no mercado de cotações oficiais da BVLP, durante as cinco sessões de bolsa anteriores ao termo do prazo da OPV, incluindo o dia em que o referido termo ocorra, acrescida de 5 por cento.

Desta forma, o preço base na OPV nunca será superior ao preço que for fixado para os investidores institucionais na Venda Directa.



DEPUTADA ROSA ALBERNAZ

Crianças-soldado

## DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO IMEDIATA PARA ACABAR COM TRISTE REALIDADE



A vergonha da triste realidade de 300 mil crianças que combatem em conflitos armados que ocorrem actualmente em mais de 30 países de todo o mundo, foi o tema da

intervenção da deputada socialista Rosa Maria Albernaz, no dia 11 de Junho, no Parlamento. Tendo como base uma publicação da Amnistia Internacional (AI) e outras organizações de defesa dos Direitos Humanos sobre a tortura e maus-tratos a crianças onde são apresentados dezenas de casos documentados, não mais do que a ponta visível de um enorme iceberg, de uma vergonhosa realidade, a deputada do PS abordou a situação em diversos países como Angola, Afeganistão, Serra Leoa, El Salvador, Guatemala, entre tantos outros.

Em Angola, por exemplo, referiu que «diariamente são recrutadas dezenas de crianças sob coacção para ambas as facções militares», enquanto na Serra Leoa, o exemplo mais violento documentado pela AI, «durante a incursão das Forças da Frente Unida Revolucionária em 1999, mais de 2000 civis foram mortos, além de outras barbaramente mutiladas, sendo que as crianças representavam cerca de 10 por cento dos combatentes».

E muitos outros exemplos foram apontados por Rosa Albernaz, como o Uganda, onde «grupos rebeldes usam as crianças para tarefas domésticas, tratamento dos feridos e préstimos sexuais».

Assim, em face desta «triste realidade», a deputada do PS apelou à Assembleia da República e em particular ao seu presidente,

para que junto da ONU, através do representante especial do seu secretário-geral para a questão das crianças e conflitos armados, «o incentive a inverter esta dramática situação», nomeadamente através de um conjunto de medidas de prevenção de futuros recrutamentos.

### Convenção sobre os Direitos das Crianças

Em primeiro lugar, entre as medidas propostas, «os Governos devem trabalhar para a finalização e rápida adopção do projecto de um protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Crianças quanto ao envolvimento das crianças nos conflitos armados, elevando a idade de recrutamento e mobilização nas forças armadas para 18 anos (quer compulsivo quer voluntário».

Seguidamente, referiu, «os Governos devem prestar uma maior atenção aos seus métodos», devendo «assegurar que todas as crianças sejam registadas no nascimento e recebam documentação comprovativa da idade».

A obrigatoriedade de todos os acordos de paz incluírem medidas específicas para a desmobilização e reintegração das crianças-soldado na sociedade, foi outra medida proposta.

Segundo sublinhou Rosa Albernaz, «todos nós somos responsáveis pela impunidade e continuada violação aos Direitos das Crianças».

Por isso, «urge mudar a realidade que acabei de descrever, não amanhã mas hoje, porque hoje já é tarde», disse. **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO CARLOS LUÍS

Recenseamento no estrangeiro

## DIPLOMA DO PS FACILITA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO



O GP/PS apresentou no dia 29 de Maio, na mesa da Assembleia da República, um projecto de lei que visa alargar a possibilidade de recenseamento aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro mediante a apresentação do título de residência, de forma a facilitar o exercício do direito de voto, sem ameaçar a segurança e a fiabilidade dos dados. O diploma, da autoria do deputado socialista Carlos Luís, estabelece que o

título de residência, emitido pelas entidades oficiais do Estado onde se encontram, seja emitido como documento oficial indicativo do local de residência no estrangeiro, fazendo neste caso corresponder esse local com o posto de recenseamento correspondente.

Por outro lado, propõe-se igualmente que entre as situações de eliminação oficiosa da inscrição previstas no artigo 49º da Lei 13/99 passe a incluir-se expressamente os cidadãos nacionais no estrangeiro, que se encontrem duplamente inscritos.

AGENDA

Economia

## HEMICICLO DEBATE E VOTA ORÇAMENTO RECTIFICATIVO ESTE MÊS

O Orçamento rectificativo, a aprovar pelo Conselho de Ministros de dia 21, vai ser debatido e votado na Assembleia da República no próximo dia 29, decidiu, no dia 11, a conferência de líderes.

Às 10 horas inicia-se o debate na generalidade, seguido da votação, também na generalidade.

Volvida cerca de hora e meia, o orçamento rectificativo é apreciado na especialidade e em votação final global.

Para o dia 21, os líderes parlamentares agendaram o debate de um pacote legislativo do Governo, que inclui, entre outras matérias, uma proposta de alteração da lei orgânica da Polícia Judiciária, um outro diploma que altera o regime penal do tráfico e detenção de armas e propostas sobre branqueamento de capitais.

A 28, para depois do debate sobre o Estado da Nação, ficou agendada a discussão da proposta do Executivo que altera a lei orgânica de bases da organização das Forças Armadas.

A conferência de líderes volta a reunir-se no dia 19, onde irá decidir, a pedido da comissão parlamentar de Defesa Nacional, a eventual realização de uma sessão plenária extraordinária em Julho.

Para comemorar os 90 anos da proclamação da «Portuguesa» como Hino

Nacional, os líderes parlamentares aceitaram a proposta feita pela Comissão Executiva da Culturzêzere 2001 no sentido de ser feita na Assembleia da República a cerimónia de homenagem.

Assim, a 19 deste mês, a Associação Filarmónica Cultural e Recreativa da Frazoeira (freguesia de Dornes, Concelho de Ferreira Zêzere) – que lembra no requerimento enviado à AR ter sido a primeira que ensaiou a orquestração da «Portuguesa» – tocará o hino nacional no salão Nobre do Parlamento.

São cerca de 80 o número de pessoas – 50 da Filarmónica e 30 da Culturzêzere – que terça-feira da próxima semana virão a Lisboa para depositar flores nos túmulos de Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça e para cantar a «Portuguesa» no Parlamento.



### VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA



<http://www.ps.pt>

LUXEMBURGO

Alargamento

## QUINZE MANTÉM COMPROMISSOS APESAR DO «NÃO» IRLANDÊS

O Tratado de Nice manter-se-á inalterado, assim como o processo de alargamento da União a Leste, apesar da vitória do «não» no referendo na Irlanda, afirmou no dia 11, no Luxemburgo, Jaime Gama.

Os chefes da diplomacia dos Quinze, reunidos no Luxemburgo, abordaram como tema central a recusa dos irlandeses em ratificar o Tratado de Nice.

«Não está em causa o alargamento», disse Jaime Gama à entrada da reunião, acrescentando que «alterar o Tratado não será possível».

«Quanto muito, haverá que proceder a uma interpretação específica para a Irlanda, se a Irlanda assim o desejar», assinalou.

A este propósito, Jaime Gama afirmou que os Quinze têm até 2002 para resolver a questão.

A reunião dos chefes da diplomacia foi marcada pela surpreendente vitória do «não» ao Tratado de Nice num referendo realizado na passada quinta-feira na Irlanda.

Os Quinze abordaram uma estratégia para encontrar uma solução para a situação criada pelos irlandeses, que pode ser fatal para o Tratado de Nice, cuja aprovação depende da ratificação dos 15 países membros da UE.

A Irlanda é o único membro da União Europeia a organizar um referendo sobre o Tratado de Nice, aprovado pelos Quinze



a 11 de Dezembro de 2000, sobre a reforma das instituições europeias na perspectiva do alargamento da UE.

### Solução política para o conflito angolano

Por outro lado, na sua reunião, os Quinze reiteraram o seu apoio a uma solução política para a crise em Angola.

No texto aprovado pelos chefes da diplomacia dos Quinze, é «reafirmado o objectivo da União Europeia de continuar a apoiar uma solução política para o conflito angolano com base nos Acordos de Paz de Bicesse, do Protocolo de Lusaca e das Resoluções mais relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas».

LUXEMBURGO

Trabalho

## QUINZE QUEREM LICENÇA PATERNAL EM TODA A UNIÃO

Os ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais dos Quinze, reunidos no dia 11 no Luxemburgo, decidiram alargar a toda a União Europeia o regime de licença paternal, que permite aos pais partilharem a licença de parto com as mães.

A proposta inovadora e de largo alcance social, que será ainda levada ao Parlamento Europeu, foi apresentada por Portugal e levantou inicialmente muita discussão, tendo entretanto obtido a concordância de outros Estados-membros como a Suécia e a Espanha.

A iniciativa consiste no reconhecimento do direito paternal ao homem após o parto, possibilitando-o partilhar com a mulher a licença consagrada na legislação.

Visa-se alargar aos Quinze um direito que existe já em vários países comunitários, como Portugal (que prevê cinco dias de licença paternal), mas que está ausente das legislações de outros Estados-membros, como o Reino Unido e a França. Aos Estados-membros caberá decidir o tempo da licença.

A medida insere-se num pacote legislativo consagrado à igualdade de tratamento entre os homens e mulheres no acesso ao emprego, datado de 1976 e que os ministros querem agora ver revisto.

A norma comunitária prevê a igualdade dos dois sexos a nível das condições de trabalho, formação e promoção.



Um elemento-chave da proposta refere-se à protecção contra o assédio sexual, que constitui, segundo a norma comunitária, uma forma de discriminação sexual, sendo responsabilidade do empregador a promoção de um ambiente de trabalho não propício a esta situação.

Foi ainda aprovada uma posição comum sobre a futura norma de informação e consulta regulares aos trabalhadores, em empresas com mais de 50 funcionários, que prevê a participação destes em decisões das empresas relacionadas com despedimentos ou planos de reestruturação.

REINO UNIDO

Eleições

## TRABALHISTAS VENCEM COM 413 DEPUTADOS

O New Labour, do primeiro-ministro Tony Blair, alcançou uma vitória histórica nas legislativas realizadas na passada quinta-feira, que ficaram ainda marcadas por uma forte abstenção. Pela primeira vez, realce-se, o Partido Trabalhista consegue um segundo mandato.

Os trabalhistas, do primeiro-ministro Tony Blair, venceram as eleições legislativas britânicas, ao obter 413 dos 659 assentos na Câmara dos Comuns, à frente dos conservadores (166) e dos liberais-democratas (52).

Segundo os resultados finais oficiais, depois de publicados os últimos dados sobre a Irlanda do Norte, seis outros partidos dividiram entre si os restantes deputados.

O Partido Unionista do Ulster (UUP, primeiro partido protestante norte-irlandês, moderado), elegeu seis, seguindo pelo

Partido Nacional Escocês (SNP, nacionalistas escoceses), com cinco, Partido Unionista Democrático (DUP, extremistas protestantes norte-irlandeses opostos ao processo de paz), também com cinco.

Seguem o Plaid Cymru (PC, nacionalistas galeses), com quatro, o Sinn Féin (católicos nacionalistas norte-irlandeses), também com quatro, e o Partido Trabalhista Social-Democrata (SDLP, católicos norte-irlandeses moderados), com três. Foi ainda eleito um independente.



FRANÇA

Saúde

## GOVERNO SOCIALISTA QUER MEDICAMENTOS MAIS BARATOS E ENCORAJA GENÉRICOS

O Governo socialista francês, liderado por Lionel Jospin, continua a mostrar que é possível uma política de esquerda nos planos económico e social, demarcando-se claramente do modelo neoliberal.

Face à explosão do custo do reembolso dos medicamentos pela Segurança Social, o Governo da esquerda plural pretende obrigar os laboratórios a baixarem os preços e quer encorajar a utilização de genéricos.

Estas são as duas principais linhas do plano anunciado pelos ministros do Emprego e da Solidariedade, Elisabeth Guigou, e da Saúde, Bernard Kouchner. O plano deveria permitir entre 609 e 762 milhões de euros (cerca de 122 milhões e 152,8 milhões de contos) de economias, das quais 350 a 380 milhões (61,1 milhões

a 76,2 milhões de contos) na redução dos preços.

### Tecto nos lucros das farmácias

Os custos do reembolso dos medicamentos aumentaram 11 por cento o ano passado e estão a subir 9 por cento este ano, quando o Parlamento (Assembleia Nacional) fixou um tecto de 3,5 por cento para os gastos médicos para este ano.

As principais medidas previstas são baixar os preços dos medicamentos, relançar os genéricos (que representam só 3 por cento do mercado francês, contra uma média de 15 por cento na Europa e de 40 por cento nos Estados Unidos), fixar um tecto nas margens de lucro das farmácias e fomentar um uso mais eficaz dos medicamentos.

TIMOR-LESTE

Dili

## XANANA GUSMÃO EXTINGUE CNRT

**X**anana Gusmão, presidente do CNRT, declarou no dia 9 formalmente extinta a organização que durante três anos representou as aspirações à independência da maioria dos timorenses.

David Ximenes, Paulo Assis e Mário Reis, três dos mais importantes quadros do CNRT no interior de Timor-Leste, tiveram a honra de arrear pela última vez a bandeira da organização, ao som do hino das também já extintas Falintil.

Recebendo-a das mãos do trio, Xanana Gusmão levou a bandeira à face, beijou-a depositou-a depois num «luhu», um pequeno cesto tradicional, envolto numa «salena», um pano tradicionalmente colocado à volta do pescoço de altas individualidades.

«Queridos companheiros: somos, a partir de hoje, cidadãos comuns», tinha dito momentos antes Xanana Gusmão assinalando a sua própria mudança e as do povo.

«Vivemos juntos, lutamos juntos e sofremos juntos para libertar a pátria. Juntos vencemos a guerra, juntos conquistámos a liberdade», acrescentou.

Um recordar do passado, mas sempre com o presente e o futuro próximo em mente, especialmente numa altura em que Timor-Leste está à beira de mais uma mudança.

«No ar paira um desafio, difícil e complexo: os timorenses são ou não são capazes, os timorenses estão ou não estão preparados, os timorenses ganharam ou não ganharam maturidade política ao longo destes anos de sofrimento e de dor de todo o povo», frisou.

Claramente virada para o futuro, a intervenção de Xanana Gusmão começou por notar as muitas apreensões com que



se depara hoje a população timorense, realçando os medos sobre um regresso à violência, promovida pelos partidos políticos, como no alvorecer político do passado.

«A apreensão legítima do nosso povo quando à actuação de alguns partidos que vão até às bases registar desenfreadamente as pessoas no conceito de partido e povo é partido», disse.

«A apreensão legítima do nosso povo quando às intimidações que se promovem, se se não votar num ou noutro partido, fazendo a população recordar as consequências das campanhas pela autonomia», sublinhou.

Sempre para os partidos, referiu-se aos medos sobre «a falta de cometimento» dos dirigentes que optam por ataques entre si

na imprensa em vez de a usarem para educação cívica e eleitoral e criticou o comportamento dos que «impõem os seus pontos de vista, através do boicote ao processo e à violência».

«A apreensão legítima do nosso povo quanto à não interiorização, por parte dos partidos, da necessidade premente da promoção dos valores democráticos de tolerância e de mútuo respeito da liberdade e dos direitos humanos, reconciliação e justiça», referiu.

José Ramos Horta, vice-presidente cessante do CNRT, usou a sua intervenção para homenagear «os verdadeiros arquitectos, artífices e heróis da epopeia» pela libertação de Timor-Leste, recordando que sem os timorenses no interior não «se teria chegado a este resultado».

«Hoje chegámos ao fim de um livro da história de Timor ao encerrar das páginas do CNRT para entregarmos as responsabilidades aos partidos políticos no início deste processo em que deve vingar o pluralismo político», disse.

### Ramos-Horta lembra papel de Portugal

Um momento em que o principal motor da luta na arena internacional homenageou em especial o papel de Portugal, dos governantes e do povo português no apoio a Timor-Leste.

«Houve governos que até nos deram a mão, nos deram passaporte: Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e Guiné», disse.

«Mas se estamos hoje aqui em grande parte a nossa vitória diplomática se deve a Portugal. Eu digo com toda a franqueza muito devemos a Portugal. Eu digo aos timorenses com conhecimento de causa, Portugal muitas vezes até passou humilhação por nossa causa», considerou. Como tal a vitória timorense «é também vitória portuguesa».

E depois uma palavra de agradecimento e saudação à ONU e ao brasileiro que a chefiou em Timor-Leste, Sérgio Vieira de Mello que, «milagrosamente num ano envelheceu 10, só pode acontecer em Timor».

Antes de sair do palco, Ramos Horta ainda aludiu à questão que continua por responder em definitivo, a do papel que Xanana Gusmão ocupará no futuro de Timor-Leste.

Chamando-o ao palco disse que o agora cidadão Xanana Gusmão falará como presidente do CNRT e como «futuro presidente de Timor».

HABITAT

Declaração

## ONU QUER VIVÊNCIA ADEQUADA PARA TODOS

**A**ssembleia Geral especial das Nações Unidas sobre o Habitat reafirmou, em declaração final, o compromisso de garantir uma vivência adequada aos cidadãos do mundo, com uma menção pouco comprometida aos territórios ocupados.

A declaração foi publicada na madrugada do dia 9 - passada a hora prevista de conclusão da reunião e depois de mais de 11 horas de negociações e consultas - quando se tornou possível um compromisso sobre os dois polémicos parágrafos do documento.

Estes, apresentados pela delegação palestina, pretendiam enfatizar a «ilegalidade» dos colonatos civis em territórios ocupados militarmente, em clara referência a Israel, com o objectivo de pôr



fim à construção de novas implantações judias em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Ocidental.

Os Estados Unidos, Israel e outros países opuseram-se frontalmente à proposta e, no final, chegou-se a uma frase de compromisso em que os assinantes - num total de 170 nações - apenas acordam em «tomar medidas efectivas no futuro... para fazer cumprir os direitos dos povos que vivem debaixo de ocupação estrangeira ou colonial».

«Estou muito contente por tudo o que foi feito. Estes três dias de contactos foram muito frutíferos para o diálogo entre todos», declarou Anna Tibaijuka, directora do Centro da ONU para os Assentamentos Urbanos, no final da reunião.

No entanto, nem todos partilhavam do seu

optimismo e alguns, como o vice-ministro uruguaio da Habitação, Ricardo Gorosito, salientaram que a reunião deixou claro que muitos países não seguiram os compromissos adoptados há cinco anos em Istambul, conhecidos como a «Agenda de Habitat».

A declaração final da Assembleia Geral faz «um apelo à comunidade internacional para que garanta o respeito da lei humanitária internacional», e denuncia de forma explícita qualquer forma de terrorismo.

A resolução dos governantes aponta para um «reforço da cooperação com a comunidade internacional, incluindo os países que acolhem refugiados», e da ajuda a estes refugiados para que possam, se for seu desejo, voltar às suas casas com segurança e dignidade.

## 26 GUERRAS CIVIS DESDE 1963 AFECTARAM 474 MILHÕES DE AFRICANOS

**O continente africano foi palco, de 1963 a 1998, de 26 violentos conflitos militares, que afectaram directa ou indirectamente 474 milhões de pessoas, o que representa 61 por cento do total da população.**

A constatação está contida no «Relatório do Desenvolvimento Africano/2001», elaborado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O relatório adianta ainda que praticamente nenhuma região de África foi poupada.

Segundo o documento, naquele período, a África Oriental foi a região com o maior índice de população afectada (79,4 por cento/189 milhões de pessoas), à frente da Central (73 por cento/21 milhões), da Ocidental (64 por cento/144 milhões) e do Norte (51 por cento/87 milhões).

A África Austral está registada, curiosamente, como a região com menor percentagem de população afectada, com 29 por cento do total (33 milhões de pessoas) a sofrerem os efeitos de guerras civis.

O relatório, que cita um outro elaborado pela Organização da Unidade Africana (OUA), adianta que dos 26 conflitos referenciados sete envolveram países vizinhos - Argélia/Marrocos (1964/65), Etiópia/Somália (1964/65 e 1976/77), Somália/Quênia (1965/80), Uganda/Tanzânia (1979), Camarões/Nigéria (1996), Etiópia/Eritreia (1998/2000).

O sétimo diz respeito a Marrocos e envolve também a Argélia, e tem a ver com a disputa sobre o Saara Ocidental, cujo conflito iniciou-se em 1975 e ainda perdura.

Os restantes 19 conflitos, onde são referenciados Angola (desde 1975), Guiné-Bissau (1998/99) e Moçambique (1975/92) e S. Tomé e Príncipe (1994), são considerados pela OUA como «internos». A África Central foi ou é palco de conflitos na RD Congo (1964 e 1998/2001), Congo (1998), Chade (1977/80), Burundi (1993/98), Ruanda (1992/94) e S. Tomé e Príncipe (1994).

Na África Oriental registaram-se conflitos no Uganda (1970/79), Somália (1991/99) e Comores (1995/98).

Na África do Norte há a registar apenas um conflito interno, o no Sudão (desde 1983). Na África Ocidental houve ou há conflitos na Guiné-Conacri (1970), Benin ((1977), Libéria (1990/97), Serra Leoa (1993/98) e Guiné-Bissau (1998/99).

Na África Austral, terminaram ou mantêm-se conflitos internos em Angola (desde 1975), Moçambique (1975/92) e Lesoto (1998).

Os factores que desencadearam as guerras civis são «complexos», admite o BAD no relatório, que identifica, contudo,



que «uma das raízes mais profundas» passa pela «inabilidade em respeitar as reciprocidades sociais».

### Causas para as guerras civis

Isto significa, na prática, políticos pouco qualificados, intolerância intergrupos e a falta de possibilidade de associação.

No relatório, são apontadas seis causas para as guerras civis ou conflitos em África: étnicas (Ruanda e Burundi), partilha

de poder (RDCongo, Sudão, S. Tomé e Príncipe e Comores), inter-clãs (Somália, Libéria e Guiné-Bissau), desestabilização por mercenários (a primeira guerra da RDCongo, em 1964, Guiné-Conacri e Benin), violações dos Direitos Humanos (Uganda) e de ordem geopolítica e Guerra Fria (Chade e Moçambique).

O documento adianta ser «difícil» contabilizar o impacto negativo das guerras civis em África nas performances económicas, embora identifique cinco

efeitos perversos.

Passam pela destruição do capital humano, pela redução das poupanças, fuga de capitais para o estrangeiro, ruptura das transacções económicas e distorção das despesas públicas, que são encaminhadas para os gastos militares. O efeito combinado destas cinco razões leva, naturalmente, a uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa real de crescimento e do rendimento «per capita», acentua o documento.

### Conflitos Armados

#### Mais de 300 mil crianças-soldado combatem no mundo

Mais de 300 mil crianças-soldado combatem actualmente em 41 países do mundo, sendo a situação mais grave em África, revela um relatório de uma coligação de organizações de direitos humanos, divulgado no dia 12.

Segundo o documento intitulado «Relatório Global sobre as Crianças-soldado 2001», a situação é mais grave em África e nas regiões da Ásia e Pacífico.

A compilação de 450 páginas, da responsabilidade de um conjunto de organizações de defesa dos direitos humanos, nomeadamente da Amnistia Internacional e a Human Right Watch, refere contudo, que devido ao termo de algumas guerras o recrutamento de crianças tem diminuído nos últimos anos na América Central, Balcãs e Médio Oriente.

Rory Mungoven, um dos responsáveis pela comissão organizadora, explicou que «o facto de estarem disponíveis armas ligeiras sofisticadas, agravou o problema, uma vez que permitem a uma criança muito pequena disparar com eficácia». «As crianças-soldado não constituem um fenómeno apenas nos países em desenvolvimento», notou Mungoven, referindo que o Reino Unido e os Estados Unidos se encontram ao lado da Birmânia, do Sudão e do Afeganistão recrutando para combates menores de 18 anos.

A Grã-Bretanha recruta menores de 16 anos para o seu exército e os Estados Unidos utilizaram durante a guerra do Golfo, na Somália e nos Balcãs, os serviços de jovens menores de 18 anos.

## CRIADA REDE NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR

**F**ormar consumidores mais críticos, responsáveis e conscientes dos seus direitos é a tarefa prioritária da Rede Nacional para a Educação do Consumidor (REDE EC), criada através da associação de dois institutos estatais e três associações de defesa do consumidor.

A apresentação da REDE EC decorreu na passada terça-feira, dia 12, em Lisboa, numa cerimónia em que estiveram presentes o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, e o secretário de Estado para a Defesa do Consumidor, Acácio Barreiros.

Durante a cerimónia, foi feito o balanço da actividade do Centro Europeu do Consumidor (CEC), um organismo transnacional criado em Portugal em Março do ano passado.

A coordenadora do CEC, Emília Arroz, disse que a REDE EC foi criada em colaboração com o Instituto do Consumidor (IC), o Instituto de Inovação Educacional e três associações nacionais de defesa do consumidor (DECO, FENACCOP e União Geral dos Consumidores) e prolonga-se a nível europeu por três países do Sul da Europa:



Espanha Itália e Grécia.

A rede tem como objectivo produzir, de forma articulada, materiais pedagógicos que depois serão postos à disposição das escolas para desenvolver a educação do

consumidor e dar origem a consumidores mais críticos, responsáveis e conscientes dos seus direitos.

Quanto ao Centro Europeu do Consumidor, foi criado por iniciativa do IC e da Comissão Europeia, pertence a uma rede europeia que cobre já 10 dos 15 países da UE e tem por objectivos disponibilizar informação, responder a questões de consumo de âmbito europeu, prestar assistência e mediar casos de conflitos de consumo transnacionais.

De acordo com Emília Arroz, a divulgação do CEC nesta altura do ano reveste-se de particular importância, «uma vez que se aproxima a época em que os europeus mais viajam, assim como os portugueses, e é a altura em que ocorre uma maior necessidade de apoio aos consumidores, portugueses e estrangeiros, de uma forma alargada».

Para Emília Arroz, «a implementação do CEC constitui um sinal das consequências da evolução do mercado único europeu, em que os consumidores necessitam de espaços próprios de informação, de articulação de formas de agir, de segurança nas transacções transfronteiriças, de resposta rápida aos problemas que o

quotidiano do consumidor europeu crescentemente coloca».

Desde que foi criado, em Março de 2000, e até Dezembro do mesmo ano, o CEC já recebeu 43 pedidos de informação, realizou 81 processos de mediação de conflitos transnacionais e publicou vários milhares de exemplares de material informativo, abrangendo sectores específicos.

Neste primeiro ano de funcionamento, o CEC divulgou um folheto de informação dos seus serviços, em português, inglês e espanhol, com uma tiragem de 30 mil exemplares, assim como um Folheto sobre os Direitos dos Passageiros Aéreos na União Europeia (em português), com uma tiragem de 25 mil exemplares.

Publicou igualmente em português um Guia do Consumidor para o Comércio Electrónico, com uma tiragem de 80 mil exemplares, 70 mil dos quais foram distribuídos como encarte num jornal diário, e um folheto de Informações Úteis Relativas às Viagens Aéreas (editado em 2001), com 25 mil exemplares.

Em português, francês e inglês publicou um folheto sobre *time-share*, intitulado «Férias de Sonho?», com 20 mil exemplares

## MINIDEPUTADOS PEDEM EXPLICAÇÕES E EXIGEM SOLUÇÕES

**E**ducação, segurança, solidariedade ou investimento nos jovens foram os principais temas de preocupação dos mini deputados que, no dia 11, ocuparam a Sala do Senado da Assembleia da República para falar no lugar dos adultos e interpelar Governo e oposição.

Apesar da juventude dos 135 «representantes da Nação», eleitos pelos seus pares nas escolas de todo o País, as perguntas ao Governo – que preencheram toda a manhã – foram directas, simples na linguagem e não estavam condicionadas a qualquer «disciplina partidária» que impedisse abordar um ou outro tema.

Falta de investimento nas escolas, segurança, toxicodependência, educação para todos, igualdade de oportunidades e propostas de funcionamento para as escolas foram, entre outros, os temas abordados e aos quais o ministro da Presidência, Oliveira Martins, ia respondendo em blocos de quatro questões sempre com a presidente da mesa a lembrar ao governante que o tempo

estava, ou estava quase, esgotado.

Com a responsabilidade de quem está a representar o «povo», os deputados de palmo e meio poucas vezes abandonavam o plenário e mantinham-se fieis aos lugares a eles destinados a não ser quando desafiados pelos jornalistas presentes a comentarem o dia em que deixaram os bancos da escola para debaterem os problemas que, garantiram, «querem ver resolvidos».

Do ministro Oliveira Martins iam ouvindo respostas às questões que tinham apresentado, felicitações pelos temas levantados e pela forma como preconizam a educação e a cidadania em Portugal.

Entre as questões apresentadas, quase todas previamente escritas para não tropeçarem na exposição, a de Ana Sofia Silveira, aluna da Escola EB2/3 da Horta, nos Açores, marcou o debate na medida em que a jovem, que diz «frequentar uma escola onde os alunos estão por estar», criticou o sistema e deixou algumas interrogações.

Antes de deixar a questão «para que serve afinal a escola que temos?», Ana Sofia ainda

inquiriu quais os objectivos das imagens que transmitem aos jovens e sublinhou que o que lhes dizem «são pieguices relacionadas com a bondade, com actos comportamentais que muito pouco têm a ver com a realidade social da qual (os jovens) fazem parte».

Apesar da perspicácia da Ana Sofia, o centro das atenções do miniplenário acabaria por ser, no entanto, Miguel Guia, 11 anos, aluno da escola EB2/3 Vieira da Silva, em Carnaxide.

Sem papas na língua, o pequeno Miguel disse que quer ser neurocirurgião, que não navega na Internet e que o seu programa favorito no computador é o Power Point, onde faz «apresentações animadas sobre tudo o que vem à cabeça».

O jovem aluno afirmou ainda «estar preocupado com a segurança nas escolas e com a toxicodependência», problemas que quer «ver resolvidos» embora não afectem a escola onde está inserido.

Apesar das suas preocupações sociais, Miguel não quer ser político, mas ao saber que os deputados têm um dia para receber

os cidadãos disse que ia «pensar» se um dia não vai ao Parlamento dizer de sua justiça.

A manhã parlamentar foi ainda preenchida com a apresentação, discussão e aprovação de um conjunto de 13 moções das quais se destaca a de Ana Catarina Ferreira, de Braga, que considera a perda de vidas humanas nas estradas portuguesas como «retalhos negativos para a História de Portugal».

Antes do minuto de silêncio que pediu para as vítimas das estradas, a mini-deputada apelou aos «detentores do poder» para que não percam tempo a mandar executar acções de inspecção e a reparar o que é necessário reparar por forma a «proporcionar aos portugueses viagens mais seguras».

Depois de interpelado pelos jovens deputados, Oliveira Martins mostrou-se satisfeito pela «responsabilidade e sensibilidade» dos alunos e garantiu à que o Governo vai «ler com atenção» as propostas e «tomar em conta» os problemas apresentados.



#### Albufeira

##### Educação ambiental com ajuda da autarquia

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou assinar um protocolo de colaboração com o Clube de Pesca Desportiva e Náutica de Albufeira, no valor de três mil contos.



Este protocolo tem por objectivo a concretização de cooperação humana, logística e financeira, para a definição de um programa de desenvolvimento sobre a educação ambiental e o litoral aquático, fauna e flora.

##### Bombeiros preparam-se para o Verão

A fim de ser adquirido um autotanque para os Bombeiros Voluntários de Albufeira, a edilidade local irá atribuir àquela corporação três mil contos.

Agora em plena época de risco, os soldados da paz de Albufeira poderão contar com este reforço técnico, o qual terá uma capacidade para transportar 17 mil litros de água.

A viatura custa cerca de cinco mil contos.

#### Amarante

##### Festival de Arte Infantil «Riscos e Rabiscos»

Esteve estacionado em Amarante, nos dias 7, 8 e 9 de Junho, nos terrenos anexos ao Parque Florestal, o «Autocarro Escola Viva». Esta iniciativa está inserida no projecto «Riscos e Rabiscos» e conta na edição deste ano com o tema «Segurança e Saúde no Trabalho».



O objectivo era sensibilizar pais, professores, educadores e alunos para esta temática que foi abordada na perspectiva da prevenção.

O interior do autocarro estava equipado com um mini-estúdio de televisão e com um espaço dedicado à informática, onde

as crianças tiveram oportunidade de tomar contacto directo com estas tecnologias.

#### Fafe

##### Festa do Livro

Junho é o mês dedicado às letras pela Câmara Municipal de Fafe, com a realização de diversas iniciativas, de que sobressai mais uma edição da Festa do Livro.



No coração da cidade, perto de duas dezenas de pavilhões representando as principais editoras do País, proporcionam aos leitores a possibilidade de adquirir as últimas novidades bibliográficas com descontos que podem chegar aos 30 por cento do preço de capa.

Acrescem seis pavilhões dedicados aos cinco agrupamentos de escolas existentes no concelho e à escola secundária, nos quais aquelas divulgam o trabalho que têm feito no actual ano lectivo.

##### Componente festiva

Além da comercialização de livros, a Festa do Livro inclui uma componente festiva, com a participação de grupos musicais do concelho e da Banda de Música da Força Aérea, num grande espectáculo a realizar amanhã, dia 15 de Junho.

Trata-se de uma forma de atrair os potenciais leitores ao certame.

As escolas e agrupamentos asseguram espaços de animação nas manhãs de diversos dias do certame.

#### Loulé

##### Autarquia aposta no saneamento básico



Dotar as populações de equipamento na área do saneamento básico tem constituído uma das prioridades do actual Executivo da Câmara Municipal de Loulé. Nesse sentido, a autarquia adjudicou recentemente a empreitada de

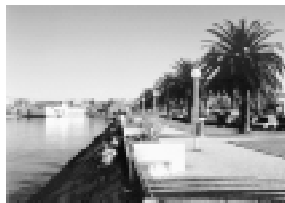
abastecimento de água e rede de esgotos da Farfã e Paixanito.

Esta obra terá um custo total de cerca de 90 mil contos e pretende ir de encontro aos anseios da população desta localidade que há largos anos aguarda por estas infra-estruturas básicas que permitirão uma melhoria acentuada da qualidade de vida. Apostada em suprir as necessidades das populações do concelho, e sobretudo as mais carenciadas em infra-estruturas de base, a edilidade prossegue assim o seu esforço de modernização e reequilíbrio entre o interior e o litoral.

#### Montijo

##### Inauguração do Pólo da Biblioteca do Afonsoeiro

No passado dia 10 de Junho, a Câmara Municipal do Montijo inaugurou o Pólo do Afonsoeiro da Biblioteca Pública Municipal. O referido espaço, situado no edifício da Junta de Freguesia do Afonsoeiro, é a materialização do arranque da rede local de bibliotecas públicas no território municipal do Montijo.



Como biblioteca pública, trata-se de um espaço aberto que presta vários serviços gratuitos à comunidade onde está inserida, como, por exemplo, serviços de leitura, serviços de apoio e orientação bibliográfica, Internet, e actividades de animação cultural.

#### Ovar

##### V Feira da Flor

A Câmara Municipal de Ovar organizou, no passado dia 10, pelo 5º ano consecutivo, a já tradicional Feira da Flor.



Esta iniciativa, que visa promover a arte foral, contou com a colaboração da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral e com três dezenas de participantes que, durante o dia 10 de Junho, animaram e coloriram a Praça da República.

#### Penha de França

##### Junta edita «25 poemas no feminino»

No âmbito das comemorações do Dia da Mulher e do 27º aniversário do 25 de Abril, a Junta de Freguesia da Penha de França editou o livro «25 Poemas no Feminino», com selecção do poeta Carlos Carranca e ilustrações da artista plástica Clotilde Fava.



«25 Poemas no Feminino» é uma compilação de textos poéticos de poetisas intemporais da língua portuguesa, desde o século 17 até aos nossos dias.

Floribela Espanca, Irene Lisboa, Luiza Neto Jorge, Maria Alberta Menéres, Sónia Madalena da Glória, Natália Correia, Sophia de Mello Breyner Andresen e Maria Teresa Horta são algumas das autoras incluídas nesta publicação.

#### Santo Tirso

##### Mostra «Agitar o Ambiente»

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente, promovidas pelo município de Santo Tirso, encontra-se patente ao público desde o dia 5 a mostra denominada «Agitar o Ambiente em Santo Tirso».



A exposição, organizada pela autarquia, vai durar um mês e é constituída por um conjunto de nove cubos de madeira onde será afixada informação referente aos sete anos de Educação Ambiental que vindo promovida pela edilidade.

Os restantes dois cubos servem de introdução e fecho da mostra.

Porque se trata de uma campanha de sensibilização ambiental, são os alunos mais pequenos das escolas os primeiros convidados a visitar a mostra.

Tendo o transporte assegurado pela Câmara Municipal os mais pequenos vão ser, juntamente com os estudantes de teatro e outros profissionais, os verdadeiros agitadores do ambiente.

## GUTERRES QUER REGULADOR DA GLOBALIZAÇÃO

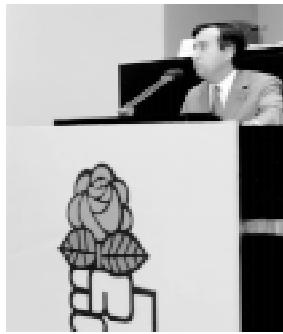
O primeiro-ministro português, António Guterres, defendeu no dia 9 em Paris a existência de um regulador da globalização à escala mundial.

O primeiro-ministro português, depois de ter tido um almoço de trabalho com o seu homólogo francês, Lionel Jospin, participou, como presidente da Internacional Socialista (IS), na sessão de encerramento do Colóquio subordinado ao tema «A ideia socialista», que se realizou em Paris-La Defense.

António Guterres apresentou, na presença de vários membros do Governo francês e perante uma assistência de 3000 pessoas, uma «Agenda política para regular e assegurar a governação da globalização», que constituirá «o principal objectivo dos partidos membros da Internacional Socialista (IS) no início do século XXI».

«O facto de existir só uma grande potência mundial e de as organizações internacionais estarem enfraquecidas leva a que exista um mercado global sem regulação eficaz, aumentando o fosso entre os cidadãos, entre as regiões e entre os países», afirmou António Guterres.

«Temos uma economia que se globalizou, isso está a gerar mais riqueza, mais



produtividade e comércio internacional, mas também mais pobreza. É também necessário que, da mesma forma que em todos os nossos países há os Estados reguladores, há sociedades civis organizadas, um efeito do mesmo tipo capaz de regular a globalização exista à escala mundial», frisou.

Nesse sentido, o presidente da IS propõe «o reforço das Instituições Internacionais, nomeadamente a ONU, com um Conselho

de Segurança (CS) mais forte, mais eficaz e com direito à ingerência humanitária».

«Ao mesmo tempo, devem ser reforçadas as Organizações Regionais, e terem um papel mais importante a nível da integração, da economia, da política e do social», salientou António Guterres.

Mais ainda, para o primeiro-ministro português deve ser criado um Conselho de Segurança Económico para «dar sinais da evolução da economia mundial».

A União Europeia «tem uma função importante, mas quando se fala de reforço das Instituições, o mais importante é de definir qual é o papel da Europa, a sua natureza, que tipo de Instituições, tendo sempre em mente que a política deve primar».

António Guterres defendeu igualmente a existência de «um controlo político» relativamente às Instituições de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial, entre outras) que «devem também preocupar-se com as necessidades sociais».

Um conselho aliás extensivo à Organização Mundial do Comércio (OMC) que deveria também promover «a defesa do meio ambiente e os direitos fundamentais dos trabalhadores».

O presidente da IS avançou varias

propostas concretas a serem defendidas pelos partidos membros da organização, nomeadamente, «a anulação da dívida dos países pobres, abrir os mercados a esses mesmos países, mas, ao mesmo tempo, impor uma discriminação positiva, favorecendo os países que respeitam os direitos dos trabalhadores».

António Guterres, que foi longamente aplaudido no final da sua intervenção no Colóquio, esteve ainda na Embaixada de Portugal em Paris, onde teve um encontro com algumas das personalidades significativas da comunidade portuguesa na França.

No quadro do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, o embaixador de Portugal, António Monteiro, convidou para um jantar 40 pessoas que representam os mais variados sectores da comunidade, a nível empresarial, artístico, associativo e desportivo.

«Portugueses que fizeram a mundialização antes de quaisquer outros, através das Descobertas, e ainda hoje a fazem através de uma presença que nos merece sempre um sentimento profundo de orgulho, um pouco por toda a parte do mundo, e também aqui em França», declarou o primeiro-ministro português.

### SANTARÉM

#### Barreiro é candidato do PS

O candidato socialista à Câmara de Santarém elegeu as questões ambientais como prioritárias, prometeu uma reorganização dos serviços da autarquia e considerou prematuro parar com o processo de candidatura da cidade a Património Mundial.

Rui Barreiro, em conferência de Imprensa, afirmou que a candidatura de Santarém a Património da Humanidade é, neste momento, irreversível.

Barreiro admitiu que o facto de o «dossier» ter de ser entregue à UNESCO ainda durante o actual mandato, em Dezembro, «facilita» a sua

posição caso venha a ser eleito presidente da autarquia.

Contrariamente à posição assumida pela CDU, cujos candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal, Vicente Batalha e Luísa Mesquita, pediram o abandono da candidatura, Rui Barreiro afirmou que a autarquia tem muitos meios envolvidos no processo, pelo que primeiro será preciso «fazer uma avaliação» antes da decisão sobre o caminho a seguir. Deixando o seu programa eleitoral para uma fase posterior - «lá para Setembro» - Rui Barreiro disse estar envolvido num processo de consultas para a elaboração das listas de candidatos às juntas de freguesia, Assembleia e Câmara Municipal.

#### Defesa do ambiente

Invocando a sua «ligação fortíssima às questões ambientais» - é engenheiro de produção animal de formação e actualmente exerce as funções de Director Geral de Desenvolvimento Rural - Rui Barreiro disse que a sua primeira prioridade irá para a reorganização dos serviços, aos quais reconheceu capacidade e competência para fazerem «muito mais e melhor» para poder, no primeiro ano de mandato, alocar meios financeiros para «projectos nucleares» que deseja concretizar em quatro anos.

Sobre o facto de entrar para a autarquia a um ano da diminuição das ajudas comunitárias à Região de Lisboa e Vale do Tejo, o candidato socialista afirmou que essa questão não o preocupa, pois conhece a autarquia (foi vereador do actual presidente, com o qual se incompatibilizou, no anterior mandato) e, quando assumir funções, quer ter os «dossiers» «muito bem estudados» para «aproveitar ao máximo o ano 2002».

O concelho de Santarém está integrado na Região de Lisboa e Vale do Tejo, que no actual Quadro Comunitário de Apoio deixa o grupo das regiões mais desfavorecidas, com a consequente diminuição dos apoios comunitários a partir de 2003.

Rui Barreiro lançou-se na corrida interna para liderar a candidatura socialista à autarquia em claro confronto com a gestão actual, sendo um dos pontos que mais criticou o fraco aproveitamento dos recursos comunitários.

### MARCO DE CANAVESES

#### Candidato PS contra clima de medo

O candidato do PS à Câmara do Marco de Canaveses, o independente Nuno Lameiras, prometeu no dia 2 «combater o clima de medo» e «recuperar a dignidade» do concelho.

Com efeito, Avelino Ferreira Torres, o inenarrável autarca do PP tem, através de atitudes inqualificáveis, criado um clima de medo e de défice democrático em Marco de Canaveses.

«Muitas vezes, os resultados alcançados (por Avelino Ferreira Torres, do PP) não são tão significativos como podem parecer, são eles próprios resultado de métodos e processos que prejudicam a democracia», considerou Nuno Lameiras.

Num almoço de apresentação da sua candidatura à sociedade civil, o candidato reconheceu tratar-se de «um combate difícil» a luta pela chefia da autarquia local, mas manifestou-se convicto de que vai conseguir «conquistar terreno» e «passar a mensagem necessária» a todos os habitantes, mesmo aqueles que vivem nas aldeias mais distantes. Na apresentação da candidatura de Nuno Lameiras participaram, além de candidatos às Câmaras do Vale do Tâmega e Sousa, Francisco Assis, líder parlamentar socialista, Narciso Miranda, presidente da Federação Distrital do PS/Porto, e Fausto Correia, da Comissão Permanente Nacional, em representação do coordenador da Comissão Permanente, Jorge Coelho.

#### Mudança para devolver a dignidade

Fausto Correia considerou que o conselho de Marco de Canaveses precisa de «mais progresso e desenvolvimento» e «menos convocatórias judiciais e notícias sobre notificações não cumpridas».

«Está na hora de fazer a mudança porque vinte e tal anos já são de mais», disse, referindo que «a democracia é o regime de alternância».

Acrescentou: «Hoje temos uma grande alternativa para fazer a alternância, ou seja para fazer cumprir a democracia».

No mesmo tom, Narciso Miranda afirmou que o candidato «vai introduzir uma marca bem diferente daquilo que é a prática do exercício da actividade política no Marco».

«A sociedade civil vai responder ao apelo que fazemos com convicção e convencidos que estamos com a razão», acrescentou.

Licenciado em Filologia Germânica, Nuno Lameiras é professor do Ensino Secundário há 30 anos. É director da Comissão Pedagógica do Centro de Formação de Associação de Escolas do Marco.

Nas eleições autárquicas de 1997 foi o candidato do PS à Assembleia Municipal do Marco, como independente, assumindo a liderança do respectivo grupo de deputados.

ACTUALIDADE

Jorge Coelho

## LABOUR. VITÓRIA. U.K.



**R**ealizaram-se na passada quinta-feira as Eleições no Reino Unido e como era esperada a vitória pertenceu ao Partido Trabalhista.

A convite da sua Direcção teve a oportunidade de a 48 horas das eleições, ter visitado o «Quartel General» do Labour. A tranquilidade e a serenidade era dominantes, em todos os sectores.

A quase totalidade dos dirigentes e candidatos estavam em contacto directo com o eleitorado, lutando contra a abstenção, tentando demonstrar que para «continuar o trabalho» só há uma hipótese: Votar.

Nos contactos com os dirigentes do Labour e num encontro com o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook, foi-me explicada a estratégia seguida pelos trabalhistas e a sua evolução durante a campanha.

Uma mensagem central atravessou toda a campanha: «Vota por mais escolas e por mais hospitais».

Uma mensagem central e cinco objectivos quantificados, simples e concretos.

1. Desenvolvimento e controlo das finanças públicas;

2. Dez mil novos professores e melhoria da qualidade do ensino secundário;

3. Reforma do sistema de saúde e entrada de 20 000 novos enfermeiros e 10 000 novos médicos;

4. Combate à droga e ao crime com a entrada de 6 000 novos polícias e melhoria do seu nível de actuação;

5. Apoio extraordinário aos pensionistas nomeadamente através de apoio adicional ao combustível para o inverno.

Tudo muito simples, muito objectivo e dirigido para a estabilidade económica e financeira e para as políticas sociais.

O Labour apresentou-se com obra feita, com um líder com carisma e um projecto que pretende continuar a dar resposta às preocupações e aspirações da maioria dos britânicos.

Pelo lado dos conservadores, principal adversário do Labour, o grande objectivo é «perder por poucos».

A campanha dos conservadores percorreu vários temas e fixou-se, ultimamente, na questão da adesão da Libra ao Euro. Ou seja, os conservadores remeteram-se a um tema importante, mas exclusivamente político, enquanto o Labour, respondeu às

necessidades das pessoas.

Por melhor que seja o marketing político dos conservadores, a eficácia é reduzida pois, ao contrário dos trabalhistas não têm um líder com carisma e não apresentam um programa concreto, alternativo, que dê resposta aos problemas concretos de quem vive no Reino Unido. A acção dos trabalhistas permite tirar algumas lições objectivas sobre o que se passa em Portugal e o que se torna necessário corrigir.

Em primeiro lugar, continuar a apostar fortemente nas políticas sociais. O Governo e o PS têm que continuar a ser símbolos de solidariedade. Mais e melhor saúde, mais e melhor educação, mais apoio aos reformados, mais segurança, confiança no desenvolvimento do País.

Mas, sejamos realistas. Em minha opinião, hoje, o Governo e o PS, só conseguirão mobilizar de forma determinada o País para estes objectivos, se os quantificar, se os calendarizar e se responder no dia a dia pela sua concretização. Deste modo, com os compromissos assumidos de forma clara, os cidadãos saberão avaliar de forma muito mais objectiva as promessas feitas pelos

Partidos Políticos. É também uma forma dos vários intervenientes políticos ganharem credibilidade junto das pessoas.

Se essas reformas, forem concretizadas no sentido da sociedade solidária que se quer continuar a construir, e se forem devidamente explicadas aos portugueses, não há que ter receios nem sobre o futuro do País nem sobre os resultados eleitorais futuros.

Duas notas finais ainda acerca das eleições inglesas.

Em primeiro lugar a orientação estratégica do Labour não se diferencia da estratégia que os Partidos Socialistas seguem em toda a Europa – solidariedade para com os mais desfavorecidos, forte apoio às políticas sociais.

Em segundo lugar enganaram-se os que vaticinaram uma vaga de fundo na Europa, a favor da direita, depois da vitória G. W. Bush.

Estou certo que, se os Partidos Socialistas e Sociais Democratas Europeus continuarem a interpretar as necessidades das pessoas e a darem resposta às preocupações sociais, continuarão a ser preferidos pelo eleitorado.

ACTUALIDADE

Vital Moreira

## REFLEXÕES SOBRE AS ELEIÇÕES BRITÂNICAS



**C**omo era esperado, o Novo Partido Trabalhista ganhou pela segunda vez consecutiva as eleições parlamentares no Reino Unido, de novo com uma folgadoíssima maioria absoluta. Um facto inédito na história britânica.

A vitória deve-se a três razões fundamentais: primeiro, o Labour governou bem no primeiro mandato, nomeadamente quanto ao desempenho da economia; segundo, focou as suas promessas para o mandato seguinte na melhoria dos serviços públicos (sobretudo a saúde e a educação), enquanto os adversários se consumiram numa patética campanha contra o fantasma do euro, contra o crime e contra a imigração; e terceiro, porventura a mais importante, porque nestes tempos de política mediática, não existia comparação entre o brilho de Blair e o cinzentismo e a frouxidão do seu adversário, o líder conservador William Hague.

O Governo trabalhista foi capaz de conjugar o mais ortodoxo liberalismo económico (a que somaram mesmo a independência do banco central), respeitando e continuando a revolução liberal de Margaret Thatcher, com algumas medidas sociais (como o salário mínimo), que contribuíram para diminuir a pobreza que o selvagem liberalismo conservador tinha feito aumentar de forma alarmante. Além disso, no terreno político, Blair levou por diante uma das mais importantes reformas constitucionais de todos os tempos, ao estabelecer a autonomia política da Escócia e de Gales e ao reformar

a Câmara dos Lordes, com o termo dos pares hereditários.

A chave do sucesso esteve, portanto, em conquistar o centro político e até o mundo dos negócios, como revela o apoio explícito da imprensa conservadora, desde a «Economist» ao «Times», passando pelo «Financial Times», sem perder a maior parte do tradicional eleitorado trabalhista, embora uma parte considerável tenha optado pela abstenção ou pelo voto nos liberais-democratas de Charles Kennedy, que apareceram com um programa mais tipicamente social-democrata do que o Partido Trabalhista (mais despesas públicas e mais impostos, oposição à privatização dos serviços públicos). A verdade é que o New Labour (claramente mais novo do que trabalhista) deixou decididamente de apresentar-se como um partido socialista ou social-democrata, no sentido tradicional da palavra, para abraçar uma postura claramente liberal em matéria económica, conjugando-a, porém, com um programa de investimento privilegiado nos serviços públicos, embora aí também com recurso ao sector privado.

No entanto, a vitória trabalhista não é tão impressionante como aparenta. Primeiro, a abstenção chegou aos 40 por cento, mais de 10 por cento superior à de há quatro anos, sendo a maior desde a adopção do sufrágio universal, nos anos 20 do século passado. Esse fenómeno revela uma inquietante desmotivação política e apatia eleitoral, agravando os sinais daquilo que muitos consideram ser uma verdadeira crise da

democracia representativa contemporânea. Além disso, a abstenção foi mais elevada do que a média nas áreas predominantemente trabalhistas, o que mostra uma sensível desafeição das classes trabalhadoras tradicionais em relação à viragem à direita do novo Labour. Tudo somado, o Labour teve o voto de menos do que um em quatro eleitores potenciais e alienou uma fatia do eleitorado de esquerda.

A segunda observação a pôr em relevo é que o Partido Trabalhista, embora com uma vitória parlamentar esmagadora (cerca de dois terços dos deputados), se ficou com uma minoria de votos (cerca de 42 por cento), ou seja, menos do que o Partido Socialista em Portugal nas duas últimas eleições, sem este ter obtido sequer uma ligeira maioria absoluta. A contrapartida é a sub-representação dos demais partidos (com quase 60 por cento dos votos mas somente um terço dos deputados), nomeadamente o Partido Liberal-Democrata, o qual, com 20 por cento dos votos, não alcançou mais do que 8 por cento dos deputados. Na generalidade dos países da Europa, em vez de celebrar uma avassaladora maioria parlamentar, Blair deveria estar a hesitar entre um governo minoritário ou uma coligação com os liberais-democratas!...

A razão desta extraordinária injustiça política está obviamente no sistema eleitoral maioritário que rege as eleições britânicas, em que os deputados são eleitos em círculos eleitorais uninominais, por maioria simples, pelo que numa competição mais renhida entre

vários candidatos é possível ser-se eleito com

não mais do que 30 por cento dos votos. Na legislatura anterior, o Governo bloqueou as propostas de reforma eleitoral que tinha deixado em aberto em 1997 e que o relatório Jenkins, de 1999, consubstanciou num sistema misto de base proporcional, de influência alemã, aliás entretanto adoptado nas eleições para o parlamento regional da Escócia, depois da «devolution». Blair justificou a sua recusa em alterar o sistema eleitoral com o argumento de que seria inapropriado conceder uma representação desproporcionadamente forte aos partidos minoritários. Mas esta cínica explicação não pode esconder o facto de que o actual sistema confere uma representação esmagadoramente desproporcional ao partido vencedor, transformando minorias nas urnas em confortáveis maiorias na Câmara dos Comuns, e pequenas ou médias vitórias eleitorais em avassaladoras vitórias parlamentares.

Com o crescimento dos liberais-democratas, agora numa sólida posição de terceiro partido, é seguro que a questão da reforma do sistema eleitoral vai voltar à agenda política. E se os conservadores, depois desta nova e enorme derrota, abraçarem também essa posição (embora tradicionalmente adeptos do sistema maioritário), não está excluído que esta histórica segunda vitória do Partido (Pós)Trabalhista venha a abrir caminho a outra histórica viragem britânica - a mudança do sistema eleitoral.

In «Público», 12-06-2001





## SAÚDE E CIDADANIA

**T**enho acompanhado com atenção o desenvolvimento das políticas de saúde e a forma como os sistemas de saúde procuram dar resposta às expectativas e às necessidades dos cidadãos. Este é um tema particularmente delicado e complexo e uma área das políticas públicas que, em Portugal, se tem traduzido por sucessos importantes, mas também por preocupantes dificuldades. Penso que a todos se exige uma reflexão serena sobre as melhores formas de o sistema de saúde português dar uma resposta mais solidária aos cidadãos, em especial aos de mais fracos recursos.

É verdade que a evolução dos sistemas de saúde tem acompanhado as dinâmicas sociais e a própria evolução da economia em todo o mundo. Os resultados em saúde transformaram-se num dos mais relevantes indicadores do progresso das sociedades. Por isso, o estudo dos indicadores sanitários permite-nos avaliar o desempenho do sistema de saúde, mas também o de outras políticas sociais e da própria economia. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, constitui um importante indicador da efectividade das políticas económicas e sociais. Subsistem, no entanto, enormes desigualdades no bem-estar e na qualidade de vida dos povos e das Nações, que a crescente internacionalização das economias não se tem revelado capaz de atenuar.

Pelo contrário, os números demonstram que, em muitos domínios cruciais da vida das populações, o fosso entre os mais favorecidos e os mais fragilizados tem vindo a aumentar.

Assim acontece também com a saúde. Enquanto a qualidade dos cuidados, em geral, tem avançado nas regiões do mundo mais afluentes, sobretudo graças a inovações científicas e tecnológicas, para a maioria das mulheres e homens deste planeta a degradação dos indicadores de saúde é uma realidade. O impacto da epidemia de sida constitui um exemplo brutal desta degradação, a qual exige que novos recursos internacionais, não apenas financeiros, sejam mobilizados e atribuídos a programas de prevenção e de tratamento, especialmente nos países africanos mais atingidos.

Estamos, seguramente, diante de uma das mais cruéis manifestações de como a lógica estrita de mercado se pode tornar incompatível com níveis mínimos de equidade social e de dignidade humana.

Se, mudando de escala de observação, nos detivermos sobre o espaço social da União Europeia - seguramente um dos pólos mundiais mais poderosos e que mais esforço despende para garantir padrões elevados de qualidade de vida -, continuaremos a dar conta de profundos e injustos desequilíbrios em relação ao acesso aos cuidados de saúde. Não podemos esperar que, a curto prazo, estas dificuldades sejam ultrapassadas através de políticas de âmbito europeu ou sequer de uma concertação harmónica de políticas nacionais.

É aos Estados que continuará a caber a responsabilidade máxima no combate às desigualdades existentes nesta área. Quando comparamos os resultados actuais



em saúde do nosso país com o passado, damos conta de que se verificou um enorme progresso. Se, mais uma vez, utilizarmos o indicador mortalidade infantil, verificamos que, em 1974, Portugal apresentava um valor superior ao dobro da média dos países que hoje formam a União Europeia. Em 1998, a diferença já não tem especial significado. Esse enorme avanço deve ser motivo de orgulho e de estímulo para todos nós.

A conclusão só pode ser uma: um quarto de século em democracia, com todas as inevitáveis dificuldades de percurso, permitiu à generalidade dos Portugueses a obtenção de melhorias significativas em praticamente todos os níveis de saúde.

Mas há um reverso. As comparações internacionais também revelam que a prestação de cuidados de saúde em Portugal envolve custos excessivos relativamente aos resultados obtidos e, portanto, inequívocas ineficiências.

O corolário mais dramático de tal situação verifica-se na existência de barreiras socialmente injustas, que penalizam, em especial, os mais pobres e os menos instruídos. As listas de espera para consultas e intervenções cirúrgicas são exemplos, bem conhecidos, do que refiro.

Quando, em relação a Portugal, estudamos alguns dos relatórios técnicos elaborados ao longo da última década, constatamos a existência de consensos importantes. E quando essa análise se alarga aos programas dos partidos políticos identificam-se, também, pontos importantes de convergência.

Penso, portanto, que uma estratégia nacional, se for desenhada com propósitos claros e com forte consistência técnica, permitirá construir uma relação de confiança entre os principais actores de um processo de mudança.

É necessário falar, então, claro.

Desde logo no que diz respeito à relação entre o sector público e o sector privado prestador de cuidados de saúde. Cultivámos ao longo de décadas uma relação muito pouco transparente entre um e outro. É desejável para a melhoria da eficiência do sistema e para que os profissionais possam desempenhar com maior qualidade e tranquilidade o seu trabalho que seja perfeitamente clara a intervenção de um e de outro.

Precisamos de um Serviço Nacional de Saúde com uma administração moderna, que utilize instrumentos e capacidades técnicas adequadas, que promova a melhoria da relação dos profissionais com as suas instituições e aumente a confiança dos cidadãos nos seus serviços de saúde.

Precisamos de um sector privado prestador autónomo e com qualidade, que seja visivelmente distinto do Serviço Nacional de Saúde. Em Portugal, o sistema de saúde não pode ser equacionado sem uma referência ao papel de instituições de solidariedade social, de que destaco as misericórdias e o movimento mutualista.

Será, assim, uma maneira de articular virtuosamente os pilares do Estado, da sociedade e do mercado, garantindo, no conjunto, uma rede de protecção que a todos abranja, sem exclusões nem desigualdades injustas.

O acesso à saúde, em condições tendencialmente igualitárias, é um desígnio político que apela a todas as contribuições e à criação de ligações descomplexadas entre sectores que, de forma transparente, se podem completar.

Depois, é necessário saber olhar com atenção para experiências que revelam ser possível, nas situações concretas do País, superar dificuldades que, por vezes, parecem insuperáveis e criar pólos de qualidade.

É verdade que uma grande parte dos centros de saúde e dos hospitais não tem conseguido estabelecer uma relação de indiscutível confiança entre si e, especialmente, para com os cidadãos que procuram cuidados de saúde.

São, no entanto, conhecidos casos em que, por uma conjugação de factores - nomeadamente modelos organizativos mais apropriados, boas lideranças técnicas, maior disponibilidade dos profissionais, preocupação acrescida com a continuidade dos cuidados -, é possível fornecer aos cidadãos o apoio a que têm direito.

Visitei centros de saúde que criaram uma rede de efectiva proximidade com os seus utentes. Contactei hospitais que desenvolveram soluções de gestão inovadoras e foram humanizadas de relacionamento com os utentes. Encontrei serviços que apresentavam um modelo de organização de cuidados desenhado em função das efectivas necessidades dos doentes.

Façamos, então, dessas experiências objecto de estudo mas, mais importante do que isso, exemplo a replicar, com as necessárias adaptações, em outros locais. Os contactos que tenho mantido com profissionais e com investigadores permitem-me concluir que casos como estes estão longe de ser excepcionais. Não vejo que haja obstáculos significativos à sua generalização.

A reflexão sobre estas experiências leva-me, aliás, a pensar até que ponto é irrelevante multiplicar normas para aperfeiçoar o sistema social: muitos dos impulsos de reforma fazem-se sem a pureza de grandes enquadramentos legais. A energia e a competência dos profissionais, bem como o planeamento estratégico das organizações e a interiorização de uma cultura de avaliação, são os factores que abalam as rotinas e fazem emergir os aperfeiçoamentos inadiáveis.

Não ignoro que a adopção de modelos organizacionais inovadores se defronta, muitas vezes, com a resistência de grupos profissionais que, talvez não intencionalmente, confundem mudança com perda de direitos. A verdade é que essas mudanças podem constituir as condições necessárias para o acesso da generalidade dos cidadãos a direitos tão fundamentais como o direito à saúde e mesmo a formas de exercício profissional mais estimulantes.

A criação de estruturas consolidadas e dinâmicas de defesa dos direitos dos utentes permitirá recriar um equilíbrio mais justo nas relações entre os diferentes actores no campo da saúde. Direitos dos profissionais e direitos dos utentes têm que se afirmar de forma razoável. Não é legítimo que o exercício da cidadania se desenhe numa única direcção. A realização da cidadania implica, por definição, um jogo de compromissos, uma contenção recíproca de interesses, aspirações e direitos. A missão das políticas de saúde, certamente de todas as políticas públicas, é a da maximização da utilidade social. Saibamos mobilizar-nos generosamente em torno de tal desígnio, ainda que, para alguns, isso possa implicar perda de alguns privilégios. O interesse colectivo assim o exige.

In «Diário de Notícias», 6/6/2001



## UMA MARATONA

**Q**ualquer Governo com o mínimo de sensibilidade social se recusará a promover iniciativas legislativas que conduzam à alteração das componentes essenciais enquadradoras dum Serviço Nacional de Saúde, reorientado no cidadão. Num País como o nosso, envelhecido e ainda pouco solidário, seria trágica qualquer mudança que estigmatizasse o Serviço Nacional de Saúde como um armazém de doentes pobres, incapaz de dar resposta ao crescente de procura por parte dos cidadãos.

Penso pois que a primeira questão a colocar, como aliás se faz em todos os sistemas de saúde obrigatórios, é justamente definir a posição ocupada por cada um dos sectores, público/privado, no contexto global da prestação dos cuidados: público e privado - complementar ou concorrencial? Isto feito é necessário garantir que, em nenhum dos casos, será posta em causa a estrutura matricial e o funcionamento orgânico dos serviços, evitando a desnatação do Serviço Nacional de Saúde, mas antes, procurando interpretar o peso de cada modelo no quadro das necessidades do País.

Por fim é preciso ter consciência que a complexidade do problema precisa de concertar o interesse e a vontade dos profissionais, com o tempo necessário para estruturar, promover, testar e consolidar

todas as transformações propostas. Em saúde não são benvindos, por não serem promissores, os raides de conveniências políticas, corporativos ou outros. Em saúde devemos pensar com coração, decidir com cabeça, agir com tempo.

Dois exemplos em si mesmos significativos: Bill Clinton: num País poderoso em recursos materiais e humanos quis fazer a reforma da saúde em dois anos e falhou. Ao invés disto, Margaret Thatcher teve 10 anos para implementar pequenas modificações no Serviço Nacional de Saúde inglês e conseguiu-o.

À Lei de Bases agora apresentada pelo Partido Socialista estão subjacentes dois princípios:

1. Radica-se na Lei Arnault que nunca estipulou o Serviço Nacional de Saúde como um departamento público. Ao relê-la, concluímos que não é uma Lei de Exclusão, mas sim de Inclusão.

Nunca António Arnault pretendeu excluir qualquer prestador do sistema. Apenas quis garantir aos portugueses cuidados de saúde, consagrando esse direito constitucionalmente. A sua conotação exclusivista foi ganhando forma nos anos que se seguiram, mais por razões políticas do que por razões de funcionalidade e acreditação.

2. O segundo princípio é o de que o Serviço

Nacional de Saúde foi criado para satisfazer as necessidades de saúde dos cidadãos e não para garantir os lugares e os privilégios dos seus profissionais. Neste como em todos os casos é preciso saber distinguir o essencial do acessório

Assumindo estes princípios; vejamos o que esta Lei poderá ter de discutível e/ou controverso:

Esta Lei não obriga ao regime de exclusividade. Ou seja, com esta Lei ninguém é obrigado a trabalhar só no Serviço Nacional de Saúde ou só no privado. Não há portanto nenhuma necessidade de quebrar possíveis acordos ou compromissos celebrados pelos profissionais actualmente em exercício. Permanecendo como objectivo para os socialistas, o princípio da exclusividade na prestação de cuidados para o Serviço Nacional de Saúde, não é por hora exequível porque não temos recursos humanos suficientes para isso, em especial médicos e enfermeiros. A sua formação, integrada numa política de recursos humanos, deveria ter sido iniciada há 12 anos atrás. Infelizmente não foi. Mas face a esta dificuldade real o que está a fazer o Governo?

Entre outras medidas de ordem organizacional está a:

- Discutir com as universidades o aumento do número de alunos em Medicina.

- Aumentar o número de Faculdades de

Medicina (públicas e privadas)

- Protocolar com as Escolas Superiores de Enfermagem um plano de formação que permite colocar no mercado mais 13000 enfermeiros até 2006.

- Lançar no terreno (não em teoria) os Centros de Saúde de Terceira Geração, unidades com autonomia administrativa e financeira.

- Aumentar o número das Unidades Locais de Saúde capazes de coordenar e complementar, potencializando, os serviços de saúde locais, envolvendo a sociedade civil (municípios, CPDS, Misericórdias)

- Aplicar um novo estatuto de Gestão Hospitalar com centros de responsabilidade de serviços.

- Contratar pessoal oriundo da União Europeia e do Brasil (cerca de 400 profissionais de saúde).

- Desenvolver mecanismos de reconhecimento das habilitações para o exercício.

- Criar incentivos à fixação para o exercício, procurando levar médicos para o interior.

- Promover o descongelamento excepcional de vagas para o Serviço Nacional de Saúde criando a estabilidade dos profissionais.

Será pouco? Ainda é pouco visível?

Talvez, contudo pelo que atrás se disse, esta não pode ser um corrida de fundo, mas sim uma maratona que temos que vencer.



## QUANDO CUSTOS SÃO INVESTIMENTOS

**P**ertenço ao grupo dos que não acreditam em «super-homens» nem em «super-mulheres».

Entendo que, em cada um de nós, coexistem qualidades mais fortes e qualidades mais fracas e que os bons líderes são aqueles que conseguem potenciar o melhor de cada um.

Do prof. Cavaco Silva, já se sabe, pode-se esperar uma observação fria e racional da vertente económico-financeira da nossa vida colectiva — como se um país pudesse ser analisado à luz do modelo 22 — mas ao seu raciocínio faltam-lhe a componente humana, a dimensão do sonho, as valências imateriais.

O ataque que desferiu ao empreendimento do Euro-2004 é o sintoma mais recente da enfermidade economicista que continua a atingir o antigo primeiro-ministro. Não está em causa a sua competência académica, mas o facto de sacrificar a lucidez e a autoridade na matéria ao impulso de ser do contra.

O objectivo, ficou claro, foi o de atacar o Governo actual e os resultados da sua

política financeira. Tantas vezes acusado de falar «economês», o professor seguiu, desta feita, os conselhos do «marketing», e procurou encontrar um tema que fosse claro para a generalidade dos portugueses.

Substituiu «balança dos invisíveis» por «futebol» e «taxa de câmbio real» por «campeonato da Europa». Conseguiu, assim, saltar das páginas dos jornais da especialidade para as luzes da ribalta dos telejornais.

O problema está na substância. Os seus consultores de «marketing» ensinaram-lhe a música, mas esqueceram-se da letra.

A realização do Euro-2004 não é mero negócio empresarial, cujos resultados se fecham na consolidação das contas. Logo no arranque, projectou o nosso país para uma posição internacional incomum.

Quem se esqueceu já daqueles momentos de vitória da candidatura portuguesa — tanto mais expressivos quando comparados com a decepção dos nossos principais opositores, os espanhóis? Foram horas e horas, dias e dias, em que Portugal foi referido nos «média» globais, porque passou a figurar no grupo limitado de países

que, a nível mundial, integram o pelotão da frente daqueles que são seleccionados para organizar um dos três maiores eventos do Planeta (os outros são os Jogos Olímpicos e o Mundial de Futebol).

As consequências imediatas só não as vê quem não quer. Nem a barragem de informação sobre os episódios menores da construção de novos estádios consegue esconder o papel que o simples anúncio do Euro-2004 teve na nossa economia real. Querem um exemplo, um entre muitos? Em Lisboa estão em curso obras de construção de novos hotéis que vão aumentar em 25% o número de camas da nossa capital. Será que esses projectos iriam adiante, pelo menos a curto-prazo, se não fossem as expectativas do Europeu de Futebol?

Mais tarde, durante a realização do campeonato, milhões e milhões de pessoas, em todo o mundo, terão os olhos postos em Portugal. Veja-se o protagonismo que Barcelona conseguiu com as suas Olimpíadas e o excelente aproveitamento promocional que fez, a partir das mesmas, para se poder antever o que irá suceder com

o nosso país. E do ponto de vista da requalificação urbana, a Barcelona pós-jogos pouco tem a ver com o que dantes era.

Projeção internacional significa investimento e turismo. Projeção internacional qualificada significa investimento qualificado e turismo qualificado.

Quem queria um Portugal fechado e orgulhosamente só já não pertence a este filme. As nações lutam, hoje em dia, por ganhos de protagonismo, porque sabem que só isso trará riqueza e equilíbrio social. Mas, no caso do Euro-2004, a bondade do empreendimento é ainda mais visível porque, segundo os seus principais animadores, a organização paga-se por si. Ou seja, os custos que o país terá de suportar na construção dos novos estádios serão sobejamente compensados pelas receitas que entrarão em Portugal.

Não são, afinal, custos. São investimentos. Mas isso, porque se trata de números, já o prof. Cavaco Silva compreende.

In «Expresso», 9/6/2001



**QUE SE PASSA**

**Mary Rodrigues**

**Ilusionismo em Albufeira**

A partir de amanhã e até quarta-feira, dia 20, o Estúdio Alfa exhibe o filme «O Alfaiate do Panamá», de John Boorman, com Pierce Brosnan e Jamie Lee Curtis nos principais papéis.

O sábado, dia 16, será marcado pelas arruadas com a Banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne que começarão por volta das 16 e 30.

A animação da época balnear leva ao Largo Duarte Pacheco, terça-feira, às 22 e 30, um espectáculo de ilusionismo, com Serge & Fatty, e uma apresentação de sombras chinesas, a cargo de Joê Marvel.

**Magia em Coimbra**

Se gosta de magia, pode assistir à gravação do programa do ilusionista Luís de Matos, amanhã, a partir das 20 e 30, no Teatro Académico de Gil Vicente.

A apresentação final das classes de dança do Ballet do Centro Norton de Matos decorre no sábado, dia 16, a partir das 21 e 45.

A peça «Sonho de uma Noite de Verão», de Shakespeare, estará em cena, até ao dia 17, com representações às 21 e 30, no Teatro São Teotónio.

Até ao dia 20 Susana Paiva expõe as suas fábulas do quotidiano, no âmbito do evento «Correr para não cair», no espaço Torre d'Anto – Memória da Escrita.

Inserido no programa do Festival José Afonso 2001, «Zeca, Nós e os Vizinhos», realiza-se, no dia 19, pelas 21 e 45, um

concerto com Carlos Núñez. E José Medeiros.

**Sarau em Fafe**

Hoje, às 17 horas, assista ao concerto do agrupamento musical Já Qu'ê Som, a realizar-se no palco da Arcada.

No sábado, dia 16, pelas 22 horas, o pavilhão municipal será palco de um sarau gímnico.

A actuação da Tuna da Associação Cultural e Desportiva da Pica está programada para domingo 17, a partir das 16 horas, no palco da Arcada.

**Marchas em Faro**

Junho é o mês dedicado às festas populares um pouco por todo o País. Em Faro estão previstos festejos com marchas nos próximos dias 16 (Alameda João de Deus), 23 (Largo da Igreja da Conceição de Faro) e 29 (Largo do Carmo).

**Teatro em Guimarães**

Hoje, às 21 e 45, veja «O Falcão Inglês», uma película assinada por Steven Soderbergh, em exibição no auditório da Universidade do Minho.

O Teatro Oficina leva à cena, este sábado, a partir das 21 e 30, na Casa do Povo de São Torcato, a peça de Gil Vicente, «O Auto da Índia».

Também até dia 16, o Serviço de Turismo deixa-o apreciar, no Posto da Praça de São

Tiago, tentadores pratos de gastronomia tradicional.

**Baile em Lisboa**

«Diz-me que Não é Verdade», de James B Rogers; «Um Tempo para Cavalos Bêbedos», de Bahman Ghobadi; «Shiner», de John Irving; «Frequency», de Gregory Hoblit, «Maléna», de Giuseppe Tornatore, e «O Alfaiate do Panamá» são as sugestões cinematográficas em estreia esta semana nas salas de espectáculo lisboetas.

Já no horário de Verão (das 17 às 20 horas), a Orquestra Ligeira Seis de Portugal proporcionará, no sábado 16, mais uma tarde de baile na Praça do Museu do Centro Cultural de Belém.

A Biblioteca-Museu República e Resistência alberga, até ao dia 28 de Julho, um ciclo de conferências, exposições e debates subordinados ao tema «O Estado Novo e as Mulheres – o género como investimento ideológico e de mobilização».

**Arquitectura em Lousã**

Até à próxima quarta-feira, dia 20, poderá visitar, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal, a mostra «Arquitectura Popular na Região de Coimbra».

**Festas em Portimão**

Amanhã, pelas 21 e 30, a Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes acolhe a conferência «Novos desafios da saúde mental infantil e juvenil», a cargo de Pedro Strecht.

Se preferir dar umas gargalhadas, então vá até ao cinema, às 21 e 30, ver «Onde tá o meu carro?».

As Festas Populares do concelho prosseguem, esta semana, com muita animação musical.

**Cenas no Porto**

Entre os dias 16 e 30 deste mês, a Cidade Invicta será surpreendida por pequenos espectáculos de teatro de rua inesperados em diferentes lugares e ambientes, nas chamadas «Cenas Invisíveis».

Ainda no teatro, o destaque vai para «Adão e as Sete Pretas de Fuligem», de Mário Lúcio e com encenação de João Branco, até dia 17 no Balleateatro Auditório.

Nos Jardins do Palácio, prosseguem, aos domingos, jogos populares e, dia 17, vai ser recriada e homenageada a actividade das mulheres que transportavam a carqueja para os fornos das padarias da cidade.

No Rio Douro, junto à barragem de Crestuma-Lever, jangadas e pequenas embarcações à vela e de remos vão participar de 14 a 17 de Junho na Regata do Corpo Nacional de Escutas.

No fim-de-semana (16 e 17), a Foz do Douro acolhe o IV Encontro de Bandas Filarmónicas Cidade do Porto.

**SUGESTÃO**

**PONTO DE SITUAÇÃO**

Todos os anos o Centro Cultural de Belém (CCB) apresenta um espectáculo encomendado a autores e cantores portugueses da música popular.

Depois de José Mário Branco, Carlos do Carmo, Fausto e Sérgio Godinho, é agora a vez de João Gil, um artista que tem desenhado uma carreira singular no espaço reservado à música nacional, seja em grupos como os Trovante ou a Ala dos Namorados, sendo compondor para outros intérpretes ou para cinema. Neste «Ponto da Situação», espectáculo que conta com um conjunto de convidados, João Gil traçará um percurso autobiográfico desde as suas origens e influências às mais recentes criações.

Assim, não perca este convívio musical de duas horas com intervalo, a realizar-se nos dias 20 e 21 (quarta e quinta-feira), às 21 e 30, no Grande Auditório do CCB.

**POEMA DA SEMANA**

*Seleção de Carlos Carranca*

**Nós somos**

Nós somos aqueles que dia e noite fazem com as suas mãos os alicerces da vida.

Nós somos lágrimas, suor e sangue que desafiando mortes e séculos... fundiram esperanças e fé!

Nós somos irmãos o florir, a madrugada e o verde selvagem dos maquis que me noites sombrias trazem a canção da vida.

Nós somos dança, música e ritmo que me anos 40 sobreviveram a tempestade da fome.

Nós somos irmãos terra, chuva e arado que alimentam vidas e alicerçam o homem!

Nós somos O tantá da verdade em místicas noites do fanado nós somos irmãos a certeza e o porvir!

Guiné **Hélder Proença**

In «Não posso adiar a palavra»

**FADO do meu Tango TANGO do meu FADO**

**CONCERTOS**

**Casa da América Latina**  
15 de Junho  
António Pinto Basto (Fado)  
20 de Junho  
Giovanna Facchinelli (Tango)

Av. 24 de Julho 118 B – Lisboa



## O REGRESSO DA ESQUERDA

O primeiro-ministro produziu no recente debate parlamentar sobre a Moção de Censura, apresentada pelo BE, um dos mais importantes e significativos discursos da sua carreira política.

A estrutura deste discurso, as mensagens que veicula, os compromissos que reitera ou invoca correspondem, de uma maneira geral, àquilo que eu esperava pudesse ser a intervenção final do último Congresso do PS. Não tendo havido outros méritos na insólita iniciativa do Bloco de Esquerda, pelo menos que se lhe credite a oportunidade, dada involuntariamente ao primeiro-ministro, de voltar ao seu melhor.

A vida política portuguesa tem-se arrastado, infelizmente, numa competição em que os valores, os princípios e as linhas ideológicas são relativizadas.

Pouco a pouco, foi-se criando a ideia que a liderança entre os partidos que legitimamente aspiram e podem exercer o poder, se limita aos métodos de gestão, a competências individuais ou a um melhor aproveitamento das oportunidades.

À margem desta «convenção» que, curiosamente, já assimilava também o histórico PCP, abriram-se aparentemente espaços de oportunidade para as ideologias extremistas da direita e da esquerda.

Não tendo havido ainda oportunidade para a extrema direita se organizar, porque se esconde, inorgânicamente, no PP e no PSD, é neste quadro contido que aparece o Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda é uma federação de partidos, mas é sobretudo um «club de

intelectuais» ideologicamente inconsistente que ainda transporta consigo a peregrina ideia de que pode salvar o Mundo.

Sabe-se como acabam os fundamentalismos; acabam sempre a fazer o jogo das forças que verdadeiramente desejam combater.

Isto mesmo poderia ter sucedido agora com a iniciativa parlamentar do Bloco.

Por isso foram particularmente pertinentes as seguintes perguntas formuladas pelo primeiro-ministro.

- a quem julgam que aproveitaria o enfraquecimento do PS?

- que alternativa pensam que poderia mais facilmente substituir um governo do PS?

Se a moção de censura tivesse sido aprovada (e foi seguramente essa a intenção dos seus autores, pois de contrário estaríamos perante uma encenação totalmente inadmissível em democracia) e portanto aberta a correspondente crise, o BE nada mais poderia obter do que algumas (pequenas) migalhas eleitorais adicionais.

Colocando-se artificialmente como o Alpha e o Omega dos valores da esquerda, o Grupo Parlamentar censurante, criou uma ficção política e de algum modo renovou a fábula «fontainiana» da rá que aspirou ser tão volumosa quanto o boi.

Ora foi neste quadro que o primeiro-ministro teve oportunidade de afirmar a natureza da política que deve orientar a acção do governo e servir para resolver os problemas nacionais. Desde logo uma acção voltada para as pessoas e para as respostas que as pessoas esperam das políticas públicas e dos comportamentos dos agentes de poder.

Políticas que não desprezam o emprego e que não escondem o desemprego e a pobreza.

Políticas que favoreçam o papel nuclear e estratégico do sistema de segurança social público e a garantia plena dos direitos de cidadania.

Políticas que priorizem o aumento disponível das pessoas e das famílias e a introdução de medidas de equidade e justiça fiscal.

Políticas que não diabolizam a despesa pública, antes a orientam no sentido de que seja um instrumento de progresso e desenvolvimento.

Políticas, em suma, que sejam o sustentáculo das reformas indispensáveis à resolução dos problemas que, com acuidade e urgência se colocam aos cidadãos e às sociedades modernas, sobretudo as menos evoluídas.

Políticas em suma que sejam de esquerda pois como é evidente (e o Bloco procurou ignorar) são diferentes as respostas que as políticas de esquerda ou de direita podem dar aos problemas e às ansiedades.

Afirmando-se inequivocamente a favor do socialismo democrático (o sistema político que tem tido mais êxito nas sociedades modernas) o primeiro-ministro afirmou, num momento particularmente oportuno, a natureza da sua política e o compromisso, no respeito pleno pelas origens do partido que suporta, apoia e estimula o seu governo.

Contra ventos e mares. Para alguns mesmo de forma surpreendente. Mas desta vez de modo inequívoco e sem deixar margem para dúvidas.

«A criação de estruturas consolidadas e dinâmicas de defesa dos direitos dos utentes permitirá recriar um equilíbrio mais justo nas relações entre os diferentes actores no campo da saúde»

**Jorge Sampaio**

*Diário de Notícias, 12 de Junho*

«Muitos empreendimentos são adquiridos e revendidos sem chegarem a ser ocupados, num processo crescente de multiplicação do dinheiro»

**Helena Roseta**

*Visão, 31 de Maio*

«Como resultado, as camadas jovens vão morar para cada vez mais longe, com tudo o que significa de quotidianos complicados, tempo perdido em transportes, engarrafamentos e stress»

**Idem, ibidem**

«O mercado imobiliário está a ser alvo de pressões brutais, senão mesmo de manobras de branqueamento de dinheiro»

**Idem, ibidem**

«Este país sempre esperou, sobretudo em alturas de crise, que chegasse um Messias que nos salvasse da tempestade. As pessoas esquecem que os messias que vão chegando são feitos da mesma massa que nós»

**Eduardo Lourenço**

*Journal de Notícias, 10 de Junho*



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_


Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

**Ficha Técnica**

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**António José Seguro**

Director-adjunto

**José Manuel Viegas**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

